

CADERNOS

[NÚMERO 1 FEVEREIRO 2025]

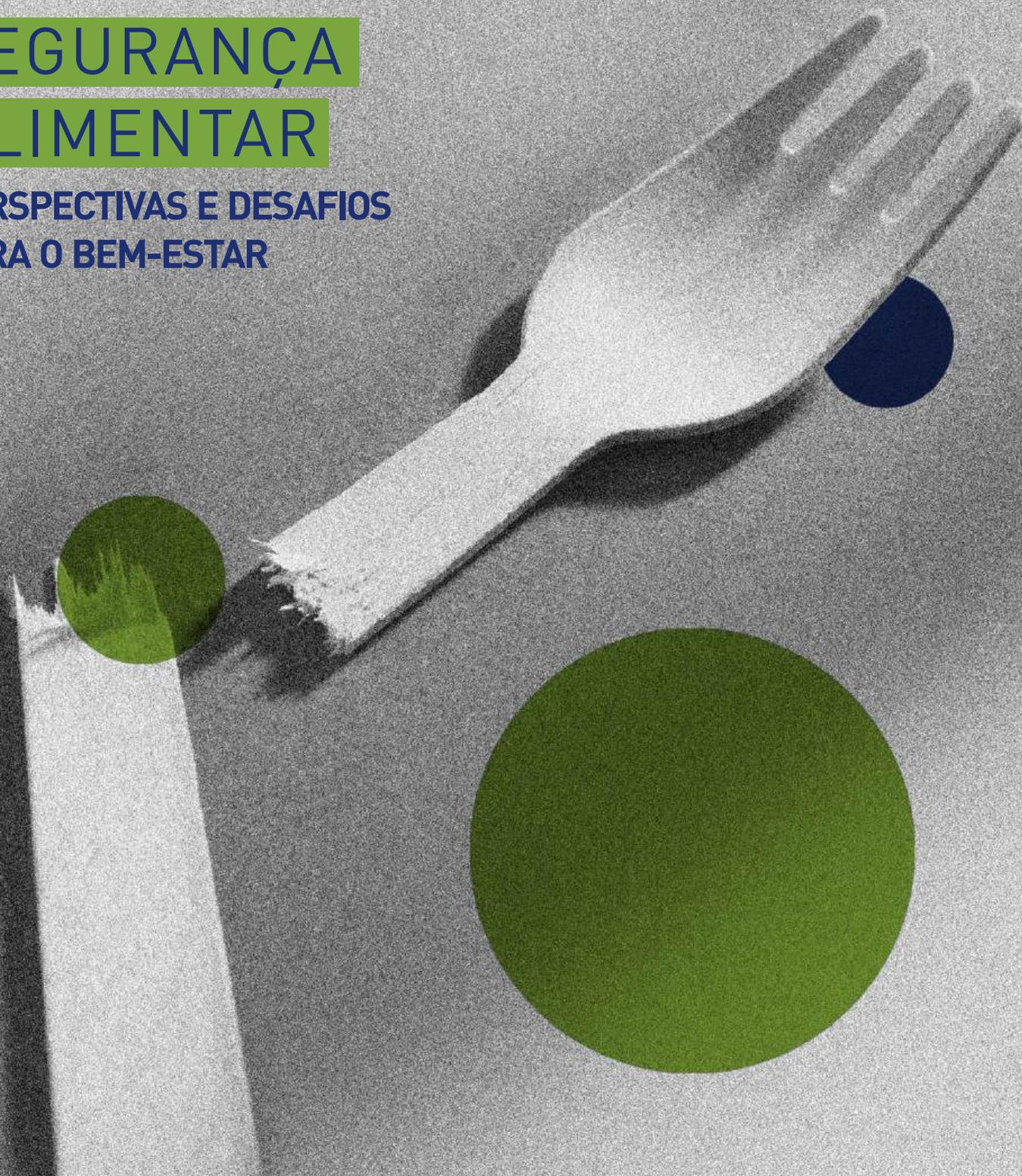
informa

REVISTA CIENTÍFICA DO INSTITUTO INFORMA

SEGURANÇA

ALIMENTAR

PERSPECTIVAS E DESAFIOS
PARA O BEM-ESTAR



Para baixar o PDF dos artigos da revista científica do Instituto Informa em seu smartphone ou tablet, escaneie o QR Code disponível na versão online de cada artigo.

Para mais informações, entre em contato pelo telefone (21) 999968-9778 ou e-mail fabiogomes@institutoinforma.com.br.

Esta edição analisa o agravamento da insegurança alimentar no Brasil. A pesquisa também aponta a necessidade de reestruturar e fortalecer políticas de segurança alimentar para garantir o direito constitucional à alimentação adequada.

[recurso eletrônico]. – v. 01 (2025). – São Paulo, SP: Instituto Informa
Instituto Informa - Estudos avançados, 2025
1 recurso online: il.
Semestral

Acesso: <https://cadernos.institutoinforma.com.br/>
1. Periódico Científico. I. Instituto Informa - Estudos avançados
Alameda Tocantins, 75, 1210, Barueri - São Paulo
Cep: 06455-930 - São Paulo, SP
Telefones: 55 (21) 99968-9778
<https://institutoinforma.com.br/o-instituto-informa>

CONSELHO EDITORIAL

Heliofurtado <http://lattes.cnpq.br/7426694163292162>

Pós-Doutor em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017). Doutor em Ciências do Desporto pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro - UTAD, Portugal (2011). Reconhecido no Brasil pela Universidade Estadual de Campinas (2015). Mestre em Ciência da Motricidade Humana pela Universidade Castelo Branco - UCB (2003). Graduado em Educação Física (1988). Especialista em Gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG). Atualmente é Professor da Universidade Castelo Branco - UCB e Coordenador da Universidade Aberta da Terceira Idade - UCB. É líder do grupo de pesquisa do CNPQ - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Envelhecimento (NEP-Rio). Membro da International Federation on Ageing (IFA) e European College of Sport Science (ECSS). Tem experiência na área de Educação Física, atuando principalmente nos seguintes temas: hidroginástica, idoso, envelhecimento, demografia, qualidade de vida, gestão de saúde, promoção da saúde, prevenção das DCNTs e políticas públicas.

Luciana Veiga <http://lattes.cnpq.br/6225554673074879>

É graduada em Jornalismo (UFJF, 1993), com mestrado (1996) e doutorado (2001) em Ciência Política pelo IUPERJ, além de estágio pós-doutoral na Universidade da Califórnia, Irvine (2013). Atualmente, é professora titular no Departamento de Estudos Políticos da UNIRIO e docente na Escola de Comunicação, Mídia e Informação da FGV. Foi professora visitante na Universidade de Granada (2021) e visiting scholar na University of Illinois (2016) e York University (2010). Atuou como coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO (2017-2020) e UFPR (2010-2012). Com experiência em comportamento político, comunicação política e América Latina, foi presidente da COMPOLÍTICA (2011-2013) e da ABCP (2020-2022), além de ocupar cargos de destaque em associações e grupos de trabalho como a ANPOCS e ALACIP.

Felipe Borba <http://lattes.cnpq.br/9421155244718142>

Felipe Borba é doutor em Ciência Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Atualmente é professor Associado I do Departamento de Estudos Políticos e coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Estudos Eleitorais e Partidos Políticos, atuando principalmente nos seguintes temas: democracia, eleições, comportamento político, política local, propaganda negativa, Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral e violência política. É coordenador do GIEL - Grupo de Investigação Eleitoral da UNIRIO e da Potentia - Empresa Junior dos alunos de ciência política da Unirio e editor do boletim trimestral do OVPE - Observatório da Violência Política e Eleitoral. Bolsista do Programa Jovem Cientista do Nosso Estado da Faperj desde 2018 e bolsista produtividade do CNPq (PQ-2) desde 2020. Foi vice-diretor da Regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política no biênio 2017-2018. Entre 2008 e 2009, foi pesquisador visitante na Universidade da Califórnia, em San Diego.

Julio Macedo <http://lattes.cnpq.br/8555170651781175>

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - 2020 a 2023, com graduação em Administração de Empresas (1998 - 2003) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e mestrado em Gestão e Estratégia em Negócios (UFRRJ 2004 - 2006). Trabalhou como Administrador e Consultor nas seguintes empresas: Banco Itaú S/A; Aché Laboratórios Farmacêuticos; Laboratório Eurofarma; Petrobras S/A. Também foi professor na UNICARIOCA e Universidade Veiga de Almeida (UVA). Em 2014 atuou como orientador no curso de especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde - PNAP - EaD - UAB/CAPES. Professor no Departamento de Estratégia e Gestão. Professor Bolsista no curso EAD de Administração de Empresas pela UFRRJ - consórcio CECIERJ - CEDERJ. Diretor de Extensão do Pró-Reitoria de Extensão e Cultura na UNIRIO. Coordenador do curso de graduação em Administração Pública - UNIRIO

Patricia Corado - <http://lattes.cnpq.br/4541867980598749>

Possui graduação em Letras pela Fundação Educacional da Região dos Lagos (2000), mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005) e doutorado em Letras pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2009). Tem pós-doutorado (2014) realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, sob a orientação do Dr. André Crim Valente. Sob a orientação da Dra. Rosane Santos Mauro Monnerat, realizou na Universidade Federal Fluminense (2020) seu segundo pós-doutoramento, com ênfase em Análise Semiolinguística do Discurso. É professora titular do Instituto Federal Fluminense. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Língua, discurso e ideologia.

Juedir Teixeira - <http://lattes.cnpq.br/8965116017784940>

Doutor em Administração. Possui graduação em Ciências Administrativas - Faculdades Integradas (1979), mestrado em Gestão Estratégica de Negócio pela Universidade Nacional de Missões - UNAM - Argentina (2017) e doutorado em Administração pela Universidade Nacional de Missões (2018). Atualmente é coordenador de mba e professor da Universidade Candido Mendes e professor da Fundação Getúlio Vargas. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: indicadores de desempenho, avaliação de desempenho, planejamento estratégico, eficiência organizacional, atributos do produto e comportamento do consumidor.

APRESENTAÇÃO

Fábio da Silva Gomes 4

EDITORIAL

Fábio Vasconcellos 8

POLICY BRIEF

O avanço da insegurança alimentar no Brasil e o
desmantelamento da política de alimentação e nutrição 10

RESENHAS

Relações entre insegurança alimentar, pobreza e
distribuição de renda 16

Epidemia da obesidade: causas, desigualdades e
soluções no contexto brasileiro 19

Mudanças climáticas e a ameaça à segurança
alimentar global: impactos e adaptações necessárias 22

Qualidade vida, políticas inclusivas e os desafios da 7ª era 24

Impactos da atividade física contínua na qualidade
de vida: lições para um futuro saudável 27

RELATÓRIO

Brasil em Dados: Relatório descritivo de pesquisa
de opinião pública 30

ESCASSEZ E EXCESSOS NA ALIMENTAÇÃO: VILÕES DO BEM-ESTAR

O lançamento do **CADERNOS INFORMA - Revista Científica do Instituto Informa** - emoldura nossa vocação e trajetória de 25 anos dedicados à pesquisa e análise dos problemas do Brasil, seus estados e municípios. Trata-se de uma publicação científica que abrange ampla gama de temas, desde estudos sobre eleições e democracia até análises de fenômenos sociais complexos que impactam o cotidiano dos brasileiros. Ao longo de nossa jornada, o Instituto Informa tem se destacado por sua perícia em estudos de opinião pública. Fomos pioneiros em diversas áreas, como na análise dos efeitos da privatização durante o período FHC (com estudo sobre a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional – em Volta Redonda). Além disso, investigamos temas variados, como a relação do brasileiro com o trânsito, esse fenômeno social com grande impacto no cotidiano, estudamos os serviços públicos, aspectos socioeconômicos, hábitos, comportamentos, padrão de consumo etc.

Nossa expertise em pesquisa de opinião nos levou a descobrir e investir em nossa vocação raiz, que é: investigar minuciosamente o cotidiano do brasileiro. Ainda que as solicitações de nossos estudos e diagnósticos sejam frequentemente motivadas por questões bastante específicas (como: opinião, voto, comportamento de compra, satisfação do

cliente/usuário, escolhas etc.), sempre nos pautamos pelo princípio de ir além do que é meramente solicitado. Explicar fenômenos sociais é bem mais desafiador do que apenas os descrever. E nossa tarefa nos últimos anos tem sido “mergulhar” profundamente nos temas estudados, buscando explicações satisfatórias.

Diferentemente da tradição sociológica brasileira, fortemente influenciada por escolas europeias, temperadas pelo tema uníssono da luta de classes marxista, nossa abordagem busca capturar a pluralidade dos problemas, suas origens e efeitos no cotidiano dos brasileiros - não obstante a importância do debate com variadas perspectivas teóricas que será bem vindo em nossa publicação.

Nossa lente cientificamente analítica se debruça sobre um conjunto complexo de questões que abrangem serviços públicos, economia, urbanismo, questões sociais, subsistência, hábitos e comportamentos, entre outros temas. Nossa missão com a Revista é, justamente, estabelecer possíveis pontes entre o conhecimento científico e as soluções práticas que possam impactar positivamente o cotidiano dos brasileiros.

Projetos científicos sem recortes e delimitações são pretensivos e utópicos, sabemos disso. Por isso, dedicamos este breve parágrafo para definir o escopo de aplicação de nossa “lupa” sociológica.

“...pontes entre o conhecimento científico e as soluções práticas que possam impactar positivamente o cotidiano dos brasileiros”

Do ponto de vista mais geral, nossa perspectiva estabelece vínculos entre as ciências sociais aplicadas e a ciência da comunicação, reconhecendo a coexistência de duas realidades no cotidiano: o mundo objetivo e o mundo percebido.

O mundo objetivo é representado pela realidade concreta descrita por indicadores que revelam dinâmicas sociais mensuráveis. Em contrapartida, o mundo percebido reflete como as pessoas interpretam e vivenciam essa realidade, podendo confirmar ou contradizer estatísticas – ou até mesmo promover a necessidade de outros indicadores não contemplados pelos métodos estatísticos tradicionais. Considerando essa descrição geral, apresentamos os eixos de nossas avaliações:

1) fatores que explicam o bem-estar das pessoas – objeto central de nossas pesquisas e diagnósticos;

2) metodologia de avaliação das reputações. Investigamos como as entidades que promovem o bem-estar são percebidas e avaliadas pela sociedade, desenvolvendo métricas para mensurar sua eficácia e impacto.

Bem-estar é um conceito tão amplo, que abrange diversos aspectos e quase avesso a “recortes”. Muitos temas se fazem presentes: saúde física e mental, finanças, relacionamentos, segurança, expectativas e realizações etc. A proposta do **CADERNOS INFORMA** é retratar esses temas em artigos científicos e resenhas. Paralelamente, também abordaremos a questão da reputação – tema tratado de forma indireta, pois entendemos que a promoção do bem-estar é fundamental para a construção de uma boa reputação.

Nosso pensamento, então, pode ser resumido da seguinte forma: se você quiser boa reputação, precisa promover o bem-estar! Nossa missão enquanto revista é produzir

“se você quiser boa reputação, precisa promover o bem-estar”

conteúdos para decisores que queiram promover o bem comum. A questão reputacional, para nós, não é o propósito final, mas a motivação dos nossos possíveis leitores.

Esse volume de lançamento apresenta desafios únicos, considerando que revistas científicas conquistam seu ISSN apenas após o segundo volume. Esse expediente dificulta a atração de pesquisadores e escritores de trabalhos científicos inéditos neste momento inicial. Para superar essa dificuldade, então, optamos por incluir resenhas de artigos com boa performance nos indicadores de circulação, além de incluir um artigo de convidados. Decidimos, também, pela periodicidade semestral da revista e por reavaliar esse formato atual no planejamento do terceiro volume – embora consideremos que a ideia de uma revista especializada em resenhas de artigos com boa performance seja bastante pertinente e interessante.

O tema deste volume inaugural é bem-estar e segurança alimentar. A ideia sobre o tema surgiu de uma pesquisa nacional realizada pelo Instituto Informa. O estudo utilizou metodologia quantitativa, com respondentes de Painel Online. Os entrevistados responderam a um questionário estruturado de autopreenchimento. A pesquisa abrangeu a população brasileira de 18 anos ou mais, distribuída pelos 27 estados da nação, apresentando entrevistas segmentadas conforme dados censitários de sexo e idade. As informações técnicas, bem como resultados da

abrangeu a população brasileira de 18 anos ou mais, distribuída pelos 27 estados da nação, apresentando entrevistas segmentadas conforme dados censitários de sexo e idade. As informações técnicas, bem como resultados da pesquisa, são apresentadas no relatório apresentado nesta publicação.

O estudo revela que 88,6% dos brasileiros consideram a alimentação um aspecto de grande relevância para o bem-estar. Esse índice aumenta entre os respondentes de faixa etária mais elevada e entre aqueles com renda familiar mais alta. O reconhecimento bastante expressivo da importância deste tema se apresenta como um forte indicativo de sua relevância para decisores e planejadores de políticas públicas.

“...números oferecem uma base sólida para discussões aprofundadas sobre políticas públicas”

Outro aspecto significativo da pesquisa é o alarmante contingente de 55,3% de respondentes que afirmaram conviver com alguma forma de insuficiência alimentar (aspecto que alcança 65,8% entre os mais pobres).

Como vemos, a importância da alimentação para o bem-estar é reconhecida por especialistas e pelo cidadão comum. Os dados obtidos ressaltam a complexidade e a urgência da questão no Brasil, justificando plenamente a escolha deste tema para o volume de lançamento da revista.

Desejamos que nossa contribuição possa auxiliar muitos promotores de bem-estar, haja vista que os números oferecem uma base sólida para discussões aprofundadas sobre políticas públicas e iniciativas voltadas para a melhoria da segurança alimentar da população brasileira.

Tenha uma boa leitura!

Fábio da Silva Gomes
Diretor-Presidente do Instituto Informa



PREZADOS LEITORES,

É com grande satisfação que apresentamos a primeira edição do Cadernos Informa - Revista Científica do Instituto Informa, publicação com edição semestral dedicada a qualificar o debate sobre políticas públicas no Brasil. Nossa missão é oferecer aos gestores públicos, lideranças e à sociedade em geral um espaço para reflexão e análise crítica sobre as políticas que impactam o bem-estar da população.

Em cada edição, a Revista Informa trará artigos originais no formato de policy brief, elaborados por especialistas renomados, que abordarão temas relevantes para o nosso país. Além disso, faremos uma curadoria rigorosa de artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais de alto impacto, com foco em temas relacionados ao bem-estar da população. Nossas resenhas terão como objetivo destacar as principais contribuições e implicações dos estudos para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A Revista Informa terá sempre uma linguagem acessível para ampliar a disseminação do conhecimento, e tendo como critério de escolha artigos com rigor metodológico, relevância e importância para o Brasil.

Nesta primeira edição, abordamos o tema da Segurança Alimentar e o Bem-Estar vistos a partir de várias das suas dimensões como desigualdades, renda, inclusão, mudanças climáticas, obesidade e terceira idade. Na seção Policy Brief, os pesquisadores da Universidade de Brasília (UNB) Michelle Fernandez e Fernando Pereira apresentam uma análise inédita do que classificam como “desmantelamento” das políticas de segurança alimentar no Brasil. Para isso, eles examinam dados PNAD 2024 e os impactos de escolhas políticas tomadas em anos recentes no país.

Na seção Resenhas, reunimos uma diversidade de assuntos que ajudam a pensarmos as dimensionalidades das políticas públicas. Entre elas, destaca-se a resenha “Relações entre insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda”, que oferece uma leitura ampliada dessa questão, procurando destacar o papel de ações de mitigação das desigualdades. Alimentação e qualidade de vida devem ser vistas também pelo lado da saúde. Nesse sentido, a resenha “Epidemia da obesidade: causas, desigualdades e soluções no contexto brasileiro” apresenta resultados bastante interessantes para a elaboração de ações de enfrentamento dessa questão que tem chamado a atenção dos pesquisadores nas últimas décadas. Há impactos consideráveis não apenas na saúde das pessoas, mas na gestão das políticas de saúde.

Pode não parecer, mas crise climática, um tema de altíssima relevância e que governos em todo mundo terão que lidar, também afeta a alimentação. A resenha “Mudanças climáticas e a ameaça à segurança alimentar global: impactos e adaptações necessárias” aborda de forma bastante atual essa questão, chamando atenção para ações imediatas para reduzir os riscos de desabastecimento. Políticas públicas geradoras de bem-estar precisam considerar também a questão da inclusão e a terceira idade, grupo populacional que cresce e demanda mais atenção do poder público. A resenha “Qualidade vida, políticas inclusivas e os desafios da 7ª era” faz um mapeamento histórico do conceito de qualidade de vida, destacando sua aplicação no desenho das políticas, e chamando atenção para ações que considerem pessoas portadoras de deficiências intelectuais e de desenvolvimento. É preciso incluir. Em “Impactos da atividade física contínua na qualidade de vida: lições para um futuro saudável” apresentamos os resultados de

um estudo que acompanhou um grupo de pessoas durante oito anos. A resenha apresenta alguns dos efeitos positivos da atividade física para a terceira idade, e reforça a necessidade de políticas de incentivo à atividade física entre os idosos.

Com esse conjunto de artigos, acreditamos que damos um passo inicial importante no lançamento da primeira edição do Cadernos Informa - Revista Científica do Instituto Informa. Disseminar o conhecimento, torná-lo mais acessível, estimular o debate, qualificar o desenho e aplicação de políticas que promovam qualidade de vida, bem-estar e o uso eficiente dos recursos públicos. É nisso que acreditamos.

Boa leitura!

Fábio Vasconcellos



O AVANÇO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL E O DESMANTELAMENTO DA POLÍTICA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

Michelle Fernandez

Professora e pesquisadora no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e doutora em Processos Políticos Contemporâneos pela Universidade de Salamanca

Fernando Pereira

Doutorando em Nutrição Humana na Universidade de Brasília e mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Goiás

RESUMO EXECUTIVO: A implementação das políticas de alimentação e nutrição é um passo fundamental na garantia de acesso a uma alimentação adequada e saudável, reduzindo desigualdades sociais e promovendo uma saúde pública mais equitativa no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS). Essa agenda temática no Brasil é essencial para a garantia de direitos constitucionais. Nos últimos anos, a Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) se agravou devido às crises econômicas e à pandemia de COVID-19.

Além disso, durante o governo Bolsonaro, houve um dismantelamento de órgãos e programas sociais, enfraquecendo políticas públicas essenciais para a consolidação desta agenda. Nesse sentido, o presente estudo analisa brevemente o avanço da InSAN no Brasil, conforme dados oficiais, como a PNAD 2024, e discute a importância de políticas públicas eficazes para enfrentar esse problema.

INTRODUÇÃO

A inclusão do direito humano à alimentação no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, por meio da Emenda Constitucional nº 64 de 2010, representa um avanço significativo na garantia dos direitos sociais no Brasil.

Este direito reforça o compromisso do Estado em assegurar a todos os cidadãos o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, indispensáveis para uma vida digna e saudável (Raomos; Sousa; Santos, 2022). A consagração desse direito na Constituição evidencia a importância da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e incentiva a formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a erradicação da fome e da má nutrição.

Nesse sentido, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), instituído pela Lei nº 11.346 de 2006, foi criado para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no Brasil. O SISAN tem como objetivo promover uma gestão intersetorial e participativa, articulando os três níveis de governo no processo das Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional no país, além de promover a integração entre governo e sociedade civil (Martins et al, 2023).

No entanto, assim como aconteceu com outras políticas públicas (Gomide et al., 2023), o desmonte de políticas no Brasil impõem desafios significativos na efetivação de uma agenda de alimentação e nutrição. Desde que afirmou que não há fome no Brasil (Pereira et al, 2021). Jair Bolsonaro priorizou o desmantelamento de políticas e estruturas que tinham como objetivo reduzir a InSAN no país. Nesse sentido, este texto apresenta brevemente ações que indicam o desmonte das políticas de alimentação e nutrição durante o governo Bolsonaro.

VISÃO GERAL DA PESQUISA

A pesquisa busca abordar a problemática da InSAN no Brasil, agravada por recentes políticas de desmonte das estruturas e iniciativas previamente estabelecidas para combatê-la. A proposta é entender os impactos das políticas recentes na InSAN no Brasil, especialmente as políticas do governo de Jair Bolsonaro, que priorizou o desmonte de ações e estruturas de SAN.

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU) (Brasil, 2024). No entanto, nos últimos anos, o país está diante de um aumento importante da extrema pobreza. Em 2014 tínhamos 4,5% de pessoas em extrema pobreza e em 2021 o percentual era de 8,4%, chegando a 17,9 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Em 2023, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD) revelou que 27,6% dos domicílios brasileiros enfrentavam insegurança alimentar, com diferenças significativas entre áreas urbanas e rurais. As regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores proporções de SAN (FAO, 2014).

Embora a proporção de domicílios em segurança alimentar tenha aumentado para 72,4% em 2023, ainda há uma significativa parcela da população enfrentando insegurança alimentar. As regiões Norte e Nordeste apresentaram as menores proporções de domicílios em segurança alimentar, enquanto as áreas rurais continuam sendo as mais afetadas. Domicílios chefiados por mulheres e pessoas pardas são desproporcionalmente mais impactados (IBGE, 2024). Esses dados mostram a materialização do desmonte de políticas engendrado pelo governo Bolsonaro. Assim, é essencial a análise da retirada de esforços públicos para efetivação de uma agenda garantidora da SAN. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) por meio da Medida Provisória 870 (Castro, 2019) é um exemplo das medidas que enfraqueceram a capacidade do Brasil de monitorar e promover a SAN.

Temos também a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que anteriormente desempenhava um papel crucial na compra de alimentos de pequenos agricultores e na distribuição desses produtos para famílias em situação de vulnerabilidade, é outro exemplo do desmonte das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

O PAA, criado para fortalecer a agricultura familiar e garantir o acesso a alimentos saudáveis, sofreu cortes drásticos durante o governo Bolsonaro, reduzindo significativamente sua abrangência e impacto. Esse enfraquecimento comprometeu tanto a subsistência dos pequenos produtores quanto o abastecimento de redes públicas de distribuição de alimentos, afetando diretamente a população mais vulnerável (Cavalcanti; Marjotta; Rodrigues, 2024).

Outra medida prejudicial foi o bloqueio do reajuste dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2023, mantendo o valor inferior a R\$ 4 bilhões, semelhante ao de 2022, e sem correção desde 2017. Bolsonaro também vetou uma recomposição de 34% aprovada pelo Congresso, alegando que o aumento ultrapassaria o teto de gastos previsto pela Emenda Constitucional nº 95. Essas decisões afetam gravemente o Pnae, uma política essencial para garantir a alimentação de cerca de 40 milhões de estudantes em um contexto de crescente insegurança alimentar, onde 33,1 milhões de brasileiros enfrentam fome diariamente. Organizações da sociedade civil pressionam por mais recursos e pela derrubada do veto presidencial (ÓAÊ, 2022).

Por fim, o desmantelamento das políticas de transferência de renda, como o Bolsa Família, e sua substituição por programas menos estruturados e com cobertura instável, como o Auxílio Brasil, possivelmente contribuiu para o aumento da InSAN. O Bolsa Família, além de garantir uma renda mínima para milhões de famílias, estava articulado com políticas de SAN, exigindo contrapartidas como a vacinação e o acompanhamento escolar das crianças. Com a mudança, a articulação dessas políticas foi desfeita, e o foco se deslocou de uma abordagem integrada para um suporte financeiro temporário e menos eficiente, o que agravou a pobreza e a fome no país. Outro ponto negativo em relação ao Auxílio Brasil é que ele se configurava apenas como um programa de transferência direta de dinheiro, ao contrário do Bolsa Família, que além de oferecer assistência financeira, incluía ações socioassistenciais, funcionando como um programa de transferência de renda condicionada (FENAE, 2022).

As políticas de desmonte contribuíram para a fragilização da SAN no Brasil, reforçando a necessidade de reestruturar as políticas públicas e fortalecer a articulação entre governo e sociedade civil para efetivar o DHAA. É fundamental reverter os retrocessos recentes e reestabelecer um sistema robusto de SAN, com ênfase no fortalecimento de espaços participativos como o CONSEA e na implementação de políticas intersetoriais que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Desmantelamento de políticas é o processo de cortar, reduzir, diminuir ou eliminar completamente políticas existentes (Bauer et al., 2012). Essa discussão faz parte de uma literatura no campo de políticas públicas que visa compreender a mudança de políticas, mais especificamente a redução do número de políticas ou instrumentos de políticas, a redução de sua intensidade ou mudanças na instituição implementadora, modificando assim seus elementos estruturantes centrais (Bauer et al., 2012; Milhorange, 2022).

O processo de desmantelamento de políticas descrito anteriormente está intimamente relacionado com a degradação dos indicadores de InSAN na última década. A análise dos dados de InSAN no Brasil destaca um aumento preocupante nos níveis de insegurança alimentar grave, afetando significativamente a vida de muitas famílias. O VIGISAN (2021) aponta que cerca de 33% das famílias brasileiras sofrem com algum grau de insegurança alimentar, sendo 9% em estado grave, reflexo das crises econômicas e da pandemia. Paralelamente, a ONU (FAO, 2024) estima que 6,5% da população brasileira enfrenta fome, um aumento contínuo desde 2020.

A compreensão acerca da priorização da agenda de alimentação e nutrição pelos governos é imprescindível. A implementação de políticas públicas eficazes é crucial para reverter o cenário de insegurança alimentar e desnutrição que afeta milhões de brasileiros, especialmente em regiões mais vulneráveis, como o Norte e o Nordeste. A atuação governamental precisa ser orientada por dados sólidos que evidenciam as áreas de maior necessidade e os grupos mais afetados.

Além disso, é necessário garantir que essas políticas sejam sustentáveis e de longo prazo, visando não apenas à mitigação imediata dos problemas, mas também à construção de um sistema alimentar resiliente que possa enfrentar e sustentar-se diante de crises futuras. A integração de ações multissetoriais, que envolvam não somente a saúde e a nutrição, mas também a educação, o desenvolvimento rural e a economia, é essencial para o sucesso dessas iniciativas.

A redução da extrema pobreza e do desemprego relatada pelo Observatório Brasileiro das Desigualdades (2023) é um passo positivo, mas insuficiente diante dos desafios ainda persistentes, como a elevada desigualdade de renda e o aumento da desnutrição entre crianças indígenas.

Portanto, a agenda de alimentação e nutrição deve ser vista como uma prioridade estratégica, com um enfoque particular na equidade e na justiça social, para garantir que todos os cidadãos tenham acesso a uma alimentação adequada e saudável. Somente com a priorização da reconstrução das políticas que viabilizam essa agenda será possível avançar de forma significativa na erradicação da fome e na promoção de uma nutrição adequada para toda a população brasileira.



REFERÊNCIAS

1. BAUER, Michael. W. (Ed.). *Dismantling public policy: Preferences, strategies, and effects*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
2. BRASIL. Mapa da Fome da ONU: insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023. Secretaria Especial de Comunicação Social, 31 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/mapa-da-fome-da-onu-inseguranca-alimentar-severa-cai-85-no-brasil-em-2023>. Acesso em: 23 set. 2024
3. CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina; RODRIGUES, Gilberto Gonçalves. Entre avanços e rupturas: análise do alcance do Programa de aquisição de Alimentos (PAA) em 10 anos de atuação–2009 a 2019. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, n. 63, 2024.
4. CASTRO, Inês Rugani Ribeiro de. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ea agenda de alimentação e nutrição. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 2, p. e00009919, 2019.
5. FAO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2024: Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Roma: FAO, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org>. Acesso em: 29 ago. 2024.
6. FENAE. Bolsa Família x Auxílio Brasil: o fim de uma política de Estado reconhecida mundo afora. *Fenae*, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/bolsa-familia-x-auxilio-brasil-o-fim-de-uma-politica-de-estado-reconhecida-mundo-afora.htm>. Acesso em: 25 set. 2024.
7. GOMIDE, Alexandre de Ávila; SÁ E SILVA, Michelle Moraes de; LEOPOLDI, Maria Antonieta. *Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)*. Brasília: IPEA, 2023.
8. FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *O estado da insegurança alimentar no mundo 2014: Fortalecendo a capacitação para melhorar a nutrição*. Roma: FAO, 2014. Disponível em: <https://www.fao.org/publications/sofi/2014/pt/>. Acesso em: 26 set. 2024.
9. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em 2021, pobreza tem aumento recorde e atinge 62,5 milhões de pessoas, maior nível desde 2012. Agência de Notícias IBGE, 02 jun. 2022. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35687-em-2021-pobreza-tem-aumento-recorde-e-atinge-62-5-milhoes-de-pessoas--maior-nivel-desde-2012>. Acesso em: 23 set. 2024.
10. IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024: segurança alimentar no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29 ago. 2024.
11. MARTINS, Milena Corrêa et al. Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: quais são as semelhanças no processo de descentralização?. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, p. e00131022, 2023.
12. MILHORANCE, Carolina. Policy dismantling and democratic regression in Brazil under Bolsonaro: Coalition politics, ideas, and underlying discourses. *Review of Policy Research*, vol. 39, p. 752-770, 2022.
13. PEREIRA, Lorena Izá; ORIGUÉLA, Camila Ferracini; DE FREITAS COCA, Estevan Leopoldo. A política agrária no governo Bolsonaro: as contradições entre a expansão do agronegócio, o avanço da fome e o antiambientalismo. *Revista Nera*, n. 58, p. 8-27, 2021.
14. ÓAE. Pela segunda vez, Bolsonaro negligencia alimentação escolar no orçamento federal. *Observatório da Alimentação Escolar*, 01 set. 2022. Disponível em: <https://alimentacaoescolar.org.br/noticias/2022/09/01/pela-segunda-vez-bolsonaro-negligencia-alimentacao-escolar-no-orcamento-federal/>. Acesso em: 25 set. 2024.
15. OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DAS DESIGUALDADES. *Relatório Anual de 2023*. São Paulo: CEBRAP, 2023. Disponível em: <https://www.nexojournal.com.br/extra/2024/08/27/relatorio-sobre-desigualdades-no-brasil>. Acesso em: 29 ago.2024.
16. RAMOS, Flávia Pascoal; SOUSA, Sara Silva; DOS SANTOS, Sandra Maria Chaves. A experiência brasileira na realização de Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 29, p. e022001-e022001, 2022.
17. VIGISAN. REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil*. 2021. https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em 05, ago 2024



RELAÇÕES ENTRE INSEGURANÇA ALIMENTAR, POBREZA E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

**JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo;
MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de**

Artigo Original: Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil.
Revista de Economia e Sociologia Rural, Volume: 62, Número: 4, Publicado: 2024

Mais de 864 milhões de pessoas no mundo enfrentaram insegurança alimentar grave em 2023 – isto é, não sabiam quando fariam a próxima refeição. Ao todo, 2,3 bilhões de pessoas enfrentaram algum nível de insegurança alimentar no ano passado, número que representa quase 30% dos cerca de 8 bilhões de habitantes do planeta. Os dados do Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial (SOFI 2024) mostram um retrocesso de 15 anos nos níveis de desnutrição mundial atuais, comparáveis aos de 2008-2009 e um cenário distante do cumprimento de uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, firmados em 2015, de erradicação da fome até 2030.

Na contramão global, a insegurança alimentar severa teve uma queda de 85% no Brasil em 2023. Em números absolutos, 14,7 milhões deixaram de passar fome no país: de 17,2 milhões de brasileiros em 2022, para 2,5 milhões este ano. Mas a insegurança alimentar ainda é página a ser virada no país. Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que em 27,6% dos lares brasileiros os moradores conviveram com algum grau de insegurança alimentar ao longo do ano de em 2023. Já a proporção de domicílios que enfrentavam o problema de forma moderada ou grave ficou em cerca de 9%, no ano avaliado, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua Segurança Alimentar.

O artigo “Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil” de Josimar Gonçalves de Jesus, Rodolfo Hoffmann e Sílvia Helena Galvão de Miranda, publicado pela Revista de Economia e Sociologia Rural, em 2024, explora justamente a relevância de fatores socioeconômicos, como distribuição de renda e pobreza, na determinação da insegurança alimentar no Brasil.

Com base em dados da PNAD de 2004, 2009 e Relações entre insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda 2013, além da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, divulgadas pelo IBGE, o texto aborda como as condições econômicas do Brasil influenciam essa insegurança e mostra que a desigualdade é um fator determinante para a fome: mais do que a disponibilidade de alimentos, a questão do acesso a eles é um dos maiores desafios enfrentados pelo país. “É sabido que a persistência da pobreza no Brasil não se deve à escassez absoluta ou relativa de recursos, mas, sim, à enorme desigualdade da sua distribuição”, escrevem os autores.

A fim de melhor medir a insegurança alimentar, os autores fazem uso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que classifica os domicílios em quatro categorias: segurança alimentar, insegurança alimentar leve, moderada e grave. Ao se concentrar principalmente no acesso a alimentos, a EBIA reflete se as famílias possuem condições financeiras de garantir uma alimentação adequada e suficiente, permitindo identificar não apenas a presença de insegurança alimentar, mas também a sua intensidade – o que ajuda a direcionar políticas públicas focadas no combate à fome e na melhoria do acesso aos alimentos.

Por meio de uma análise da evolução da distribuição da renda entre 2003 e 2014, os autores constataam então que o país viveu um processo virtuoso de redução da desigualdade nesse período, acompanhado de crescimento da renda média – o que teve efeitos imediatos sobre a pobreza e a segurança alimentar. Assim, eles defendem que, apesar de o Brasil ser um grande produtor de alimentos, a distribuição desigual da renda impede que todos tenham acesso adequado a uma alimentação saudável e suficiente.

A partir de 2014, entretanto, este cenário se inverte. Diante de um quadro de crises econômica e sanitária, de muita incerteza inclusive política, com alta taxa de desemprego e pressão inflacionária, comer todos os dias torna-se novamente um desafio ainda maior para milhões de brasileiros – o que novamente se reflete nos indicadores de insegurança alimentar brasileiros.

Aqui, é preciso fazer uma ressalva: embora, estatisticamente, seja indiscutível o aumento da insegurança alimentar desde o início da crise econômica em 2014, o estudo sugere que o forte crescimento, particularmente da insegurança alimentar leve e, com menos intensidade, da moderada, de 2013 a 2017-2018, se deve, em parte, ao reflexo, nessas estatísticas, de uma percepção dos brasileiros que se ajustou às novas realidades.

“Muitas famílias se habituaram a despendar mais com alimentação a partir de meados da década de 2000 e a óbvia insatisfação com a piora da situação econômica a partir de 2014 faz com que sejam mais facilmente classificados em situação de insegurança alimentar ao responder as 14 perguntas da EBIA”, escrevem.

Nesse sentido, os autores questionam ainda as limitações da EBIA como ferramenta de mensuração. Apesar de muito útil, a escala não é capaz de avaliar aspectos mais amplos da alimentação, como a qualidade nutricional dos alimentos ou a segurança alimentar no sentido de alimentos livres de contaminação.

“Esta é uma questão que merece mais estudos, inclusive, que poderiam agregar pesquisas de natureza qualitativa e capazes de trabalhar com os aspectos psicológicos e emocionais envolvidos ao se tratar da identificação do problema da insegurança alimentar. Outra possibilidade interessante seria considerarem-se, ao invés de medidas psicométricas como a EBIA, medidas antropométricas associadas à insegurança alimentar, isentas de subjetividade, como a ingestão de calorias, e comparar-se sua variação no tempo com a variação do indicador construído a partir da EBIA”, afirmam.

O estudo reforça então a importância de políticas públicas voltadas para a melhoria da distribuição de renda e o combate à pobreza como formas eficazes de enfrentar a insegurança alimentar. O aumento da

renda per capita e o acesso a serviços básicos como água e saneamento são essenciais para melhorar a segurança alimentar.

“Neste contexto, uma economia que forneça empregos para a população economicamente ativa e um governo que promova o crescimento econômico com redução da desigualdade é, hoje, a principal política pública de combate à insegurança alimentar no Brasil. O combate à insegurança alimentar deve ser orientado, basicamente, para aumentar os direitos (entitlements) dos pobres, dando-lhes acesso a alimentos e às demais condições habitação, saneamento, serviços de saúde, educação, trabalho etc.) para uma vida saudável”, defendem.

Assim, o estudo não deixa dúvidas sobre a forte relação entre distribuição de renda, pobreza e insegurança alimentar no Brasil, tornando evidente que a dinâmica da distribuição da renda é o condicionante fundamental da dinâmica da insegurança alimentar no país.

Artigo original: Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil.
Revista de Economia e Sociologia Rural, Volume: 62, Número: 4, Publicado: 2024.
<https://www.scielo.br/j/resr/a/W9DRqD5GVNYQYgNck47nz5B/>



EPIDEMIA DA OBESIDADE: CAUSAS, DESIGUALDADES E SOLUÇÕES NO CONTEXTO BRASILEIRO

**PASTORELLO, Claudia Cristina Gonçalves;
COSTA, Caroline dos Santos; CLARO, Rafael;
LOUZADA, Maria Laura da Costa**

Artigo original: Variações nas tendências de crescimento da obesidade em adultos brasileiros entre 2006 e 2021. Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Julho, 2024.

A obesidade é uma doença crônica, progressiva e recidiva – que pode voltar a aparecer conforme o tempo – que vem crescendo de forma alarmante ao redor do mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), ela é uma epidemia global que atinge aproximadamente um bilhão de pessoas. No Brasil, a situação não é diferente: mais da metade dos brasileiros têm problemas com peso e com gordura corporal, 34% possuem obesidade e 22% possuem sobrepeso, segundo a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Além disso, uma pesquisa apresentada no Congresso Internacional de Obesidade (IOC), de 2024, demonstrou que, caso as tendências atuais sejam mantidas, daqui a dez anos, 48% dos brasileiros serão obesos e mais 27% terão sobrepeso.

Esses dados preocupantes nos levam a refletir sobre as possíveis causas e impactos desse cenário. O artigo “Variações nas tendências de crescimento da obesidade em adultos brasileiros entre 2006 e 2021”, publicado em 2024 na Revista Ciência & Saúde Coletiva, traz uma análise detalhada das mudanças no ritmo de crescimento de excesso de peso e obesidade em adultos das capitais brasileiras e do Distrito Federal. Realizado por Claudia Cristina Gonçalves Pastorello, em coautoria com Caroline dos Santos Costa, Rafael Claro e Maria Laura da Costa Louzada, o estudo utiliza dados do sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), coletados anualmente entre 2006 e 2021, a fim de identificar padrões nas tendências de crescimento dessas condições ao longo do tempo.

Entre os principais achados, apesar de a obesidade e o excesso de peso terem continuado a crescer no período analisado, a pesquisa aponta para uma desaceleração significativa a partir de 2012-2013. Entre 2006 e 2012, a taxa de crescimento anual da obesidade foi de 5,8%, mas entre 2012 e 2021, esse percentual caiu para 2,7%. O excesso de peso, por sua vez, apresentou uma desaceleração semelhante, com uma variação percentual anual que passou de 2,9% entre 2006 e 2013, para 1,3% entre 2013 e 2021. Esses números sugerem que o crescimento das prevalências dessas condições está ocorrendo em um ritmo mais lento do que nos primeiros anos da série temporal.

Uma possível explicação para essas tendências seriam as recentes mudanças nos hábitos alimentares dos brasileiros, especialmente em relação ao consumo de alimentos ultraprocessados. Os autores acreditam que a redução desses alimentos nas compras familiares a partir de 2013 pode ter contribuído para o menor crescimento das taxas de obesidade.

“Potenciais explicações para estas tendências também passaram pela intensificação de políticas públicas que colocam a obesidade na sua agenda no início dos anos 2000 e incluem, por exemplo, a provisão de alimentos saudáveis nas escolas, o fortalecimento das ações de promoção da alimentação saudável e de atividade física na atenção primária à saúde, o lançamento do Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil e a integração dessas ações com outros setores do governo a partir de uma perspectiva de garantia da segurança alimentar e nutricional”, escrevem os autores.

Apesar disso, não é possível afirmar que o cenário da epidemia de obesidade caminha para um controle no Brasil. Na última década, o país vivenciou uma significativa crise política e econômica, que incluiu, entre outros aspectos, a delimitação de um teto de gastos com a saúde no ano de 2016, a extinção do conselho de segurança alimentar e nutricional (CONSEA) no ano de 2018, que foi restabelecido apenas no ano de 2022, e a propagação de ações negacionistas, o que culminou no desmonte de boa parte das políticas de ciência, educação e saúde. A pandemia de Covid-19 adicionou ainda mais complexidade a esse cenário e contribuiu para a volta do Brasil ao mapa da fome, que pode ser reflexo de um cenário de escassez no acesso aos alimentos e ter impactado, pelo menos parcialmente, na desaceleração do aumento da obesidade em alguns estratos populacionais.

Este foi um aspecto importante destacado pelo estudo: a desigualdade nas tendências de crescimento da obesidade em diferentes segmentos sociais. De acordo com os autores, a quebra de tendência foi mais importante no estrato da população feminina de menor escolaridade. Mulheres com menos de 8 anos de estudo apresentaram uma redução significativa na taxa de crescimento da obesidade e do excesso de peso. Enquanto isso, para as mulheres mais escolarizadas e para homens de todos os níveis educacionais, o crescimento dessas condições continuou em ritmo mais acelerado, indicando que fatores socioeconômicos podem estar influenciando as disparidades no avanço da obesidade.

Nesse sentido, o artigo “Fatores Associados à Adesão ao Guia Alimentar para a População Brasileira em Trabalhadores de Serviços de Alimentação” também explora como fatores sociodemográficos influenciam a adesão às diretrizes do guia. Escrito por Lia Silveira Adriano, Brena Barreto Barbosa, Maran

Atha Rebelo de Campos, Victoria Maria Ferreira Lima e Eliane Mara Viana Henriques, o artigo publicado em 2023 na Revista International Journal of Environmental Research and Public Health, pesquisou 421 funcionários de 43 estabelecimentos na cidade de Fortaleza, no Ceará, analisando como a qualidade de vida, estilo de vida e variáveis sociodemográficas influenciam a adoção de práticas alimentares saudáveis.

Publicado pelo Ministério da Saúde, O Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) é um documento oficial com recomendações para escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis, adequadas à população brasileira, considerando aspectos relacionados à produção dos alimentos, distribuição e consumo. Publicada há uma década, esta edição do guia foi desenvolvida com uma perspectiva além da dimensão biológica, incorporando aspectos sociais, ambientais e culturais.

Entretanto, indicando uma tendência contrária ao primeiro artigo, a pesquisa mostra como fatores sociodemográficos como idade, sexo e nível de escolaridade estão associados à adesão: trabalhadores mais velhos, mulheres e aqueles com maior nível de escolaridade apresentaram melhor adesão ao GAPB. Os resultados indicam ainda uma forte associação entre a qualidade de vida e a adesão ao Guia Alimentar, com trabalhadores que apresentaram melhores escores de qualidade de vida sendo mais propensos a seguir as recomendações nutricionais. Além disso, hábitos de vida saudáveis, como não fumar, não consumir álcool e praticar atividade física regularmente foram associados a uma melhor adesão às diretrizes alimentares.

O estudo também destacou os desafios enfrentados pelos trabalhadores no setor alimentício, como o acesso frequente a alimentos ultraprocessados e a falta de tempo para fazer escolhas alimentares mais saudáveis, devido às longas jornadas de trabalho. A pesquisa avaliou diferentes aspectos das práticas alimentares, como planejamento, organização doméstica, hábitos alimentares e escolhas de alimentos, mostrando que o planejamento e a organização doméstica são fundamentais para uma alimentação mais saudável.

Dessa forma, os autores defendem que melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores de serviços de alimentação é essencial para promover uma melhor adesão às práticas alimentares saudáveis recomendadas pelo Guia Alimentar. O estudo sugere a necessidade de intervenções direcionadas para criar ambientes de trabalho que incentivem escolhas alimentares saudáveis, além de políticas que melhorem o bem-estar geral desses trabalhadores.

Assim, embora abordem populações e contextos diferentes, ambos os textos revelam uma preocupação comum com a saúde pública relacionada à nutrição e aos hábitos alimentares. Eles ressaltam a importância de políticas públicas e intervenções que melhorem o ambiente alimentar e promovam práticas saudáveis, apontando para a necessidade de se abordar questões de desigualdade social e condições de trabalho como parte da solução para a crescente epidemia de obesidade no país.

Artigo original: Variações nas tendências de crescimento da obesidade em adultos brasileiros entre 2006 e 2021.

Revista Ciência e Saúde Coletiva [2024]

<https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/variacoes-nas-tendencias-de-crescimento-da-obesidade-em-adultos-brasileiros-entre-2006-e-2021/19323>.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A AMEAÇA À SEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL: IMPACTOS E ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS

**MIRZABAEV, Alisher; KERR, Rachel Bezner; HASEGAWA, Toshihiro;
PRADHAN, Prajal; WREFORD, Anita; PAHLEN, Maria Cristina Tirado von der;
GURNEY-SMITH, Helen**

Artigo original: Severe climate change risks to food security and nutrition.
Climate Risk Management (2023) 39.

A crise climática já começa a ser sentida nos pratos ao redor do mundo: para além das consequências mais óbvias, as mudanças do clima acendem um alerta acerca da produção global de alimentos. Secas, inundações e temperaturas extremas afetam a agricultura de diversas regiões do mundo, resultando em aumento de custos e diminuição de disponibilidade de insumos essenciais. Adicionando complexidade ao quadro, o conhecimento sobre a extensão desses efeitos na segurança alimentar e nutricional (FSN, na sigla em inglês) das pessoas ainda é limitado. Isso porque, devido à natureza multicausal da insegurança alimentar, as pesquisas na área encontram muitas dificuldades no processo de coleta de dados. Atualmente, entretanto, há evidências indiretas de casos de insegurança alimentar que podem ser atribuídos a eventos climáticos extremos, capazes de comprometer a disponibilidade, o acesso e a qualidade de determinados produtos.

É o que mostra o artigo “Riscos severos das mudanças climáticas para a segurança alimentar e nutricional”, de autoria de Alisher Mirzabaev, Rachel Bezner Kerr, Toshihiro Hasegawa, Prajal Pradhan, Anita Wreford, Maria Cristina Tirado von der Pahlen e Helen Gurney-Smith. Publicado na revista Climate Risk Management, o texto destaca, por exemplo, evidências de como a mudança climática induzida pelo homem exacerbou a seca de 2007 no país africano Lesoto, resultando em escassez de alimentos, aumento de preços e insegurança alimentar aguda.

Ao tornar mais crítica a ameaça de fome e desnutrição em escala global, os chamados “riscos severos” são descritos como aqueles que levam à insegurança alimentar persistente a milhões de pessoas, desencadeando efeitos em cascata que ultrapassam os sistemas alimentares e reduzem a capacidade de resposta a esses desafios. Esses riscos se baseiam em quatro pilares: (i) a magnitude das consequências adversas, (ii) a probabilidade de sua ocorrência, (iii) o tempo necessário para que esses impactos se consolidem e (iv) a capacidade de resposta das populações. Assim, é possível compreender como populações mais vulneráveis, especialmente aquelas de baixa renda, são as mais afetadas, uma vez que têm menor capacidade de adaptação e acesso a alimentos nutritivos.

“Com relação aos impactos projetados das mudanças climáticas na FSN, estima-se que haverá um aumento significativo no número de casos de subnutrição, afetando dezenas a centenas de milhões de pessoas, principalmente em cenários de alta vulnerabilidade [...] com os eventos climáticos extremos elevando os riscos de desnutrição em países de baixa renda. Além disso, sem adaptação social, a deficiência de micronutrientes poderá se agravar, colocando centenas de milhões de pessoas em risco”, escrevem os autores.

Os impactos das mudanças climáticas no número de pessoas em risco de fome e desnutrição são mediados ainda por fatores como a queda na produtividade agrícola, menores rendas de meios de subsistência sensíveis ao clima, surgimento de problemas de segurança alimentar e interrupções na distribuição de alimentos. Assim, esses riscos interagem com fatores sociais e econômicos, como pobreza, saúde e desigualdade, agravando ainda mais a insegurança alimentar nas regiões mais vulneráveis.

Outro grande fator de risco significativo é o aumento das emissões de gases de efeito estufa. Aliado aos cenários de mudanças climáticas, esse aumento pode comprometer a qualidade nutricional dos alimentos, reduzindo nutrientes essenciais, especialmente a partir da década de 2050. “A gravidade do risco climático para a nutrição está diretamente relacionada aos níveis de CO₂ na atmosfera [...], que reduzem o teor de proteína e minerais em cereais, piorando a qualidade dos alimentos e aumentando a deficiência de micronutrientes, com impactos em saúde, segurança hídrica, biodiversidade e infraestrutura. A interação entre múltiplos riscos climáticos pode criar riscos compostos ou em cascata [...]”, escrevem.

Apesar de serem desafios globais, os caminhos para superar a fome e a desnutrição passam necessariamente pela América Latina, em especial pelo Brasil. Como um dos maiores centros de produção agropecuária do mundo, o Brasil contribui significativamente para a cadeia global de suprimentos alimentares, atendendo não apenas sua população interna, mas também a milhões de pessoas em outros países.

Ao discutir a necessidade de adaptação dos sistemas agrícolas, como o uso de novas tecnologias e métodos de produção resiliente, é preciso pensar em como o país encaixa-se neste cenário. Os autores enfatizam a urgência de uma ação global coordenada para enfrentar esses desafios, a fim de minimizar os impactos da crise climática na segurança alimentar mundial, sugerindo medidas de mitigação e adaptação. Entre as estratégias, propõem a diversificação das fontes de alimentos, o desenvolvimento de técnicas agrícolas – como a agricultura de conservação – e o investimento em infraestrutura de armazenamento de alimentos – como manejo sustentável de água – que possam resistir a eventos climáticos extremos.

Embora as estratégias de adaptação sejam vitais para o enfrentamento dessa crise, há limites para o que pode ser alcançado, especialmente diante de cenários mais extremos de mudanças climáticas. É crucial o desenvolvimento de políticas públicas eficazes que incentivem a adoção dessas práticas, além de implementar sistemas de alerta precoce. Dessa forma, a redução das emissões de gases de efeito estufa torna-se essencial para evitar impactos irreversíveis na segurança alimentar global e garantir um futuro sustentável para todas as populações afetadas.

À medida que os desafios se intensificam, a cooperação internacional se torna ainda mais fundamental para impulsionar soluções em larga escala. A combinação de políticas públicas eficazes, inovação tecnológica e um forte compromisso global são fatores fundamentais para mitigar os impactos da crise climática e assegurar a segurança alimentar das futuras gerações.

QUALIDADE VIDA, POLÍTICAS INCLUSIVAS E OS DESAFIOS DA 7ª ERA

VERDUGO, Miguel Ángel; SCHALOCK, Robert L

Artigo original: From a concept to a theory: The six eras of quality of life research and application, *Research in Developmental Disabilities*. Volume 150, July 2024.

Em tempos de exaustão crônica, em que sintomas de doenças mentais se tornam definidores de uma sociedade em constante aceleração, a busca por qualidade de vida emerge quase como um anseio coletivo, permeando conversas sobre bem-estar, equilíbrio e, principalmente, saúde. Mas o que significa viver com qualidade? Se a pergunta já parece desafiadora o suficiente, torna-se ainda mais complexa ao se pensar na construção deste ideal para grupos historicamente marginalizados – como é o caso de pessoas com deficiências intelectuais e de desenvolvimento (IDD, na sigla em inglês).

No Brasil, cerca de 2,5 milhões de pessoas, ou 1,2% da população com dois anos ou mais, têm algum tipo de deficiência intelectual, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 destacam ainda outro número preocupante: a taxa de ocupação entre essas pessoas é de apenas 4,7%, significativamente menor do que o observado para indivíduos com outras deficiências. Esse quadro revela a necessidade urgente de revisar e fortalecer as políticas de inclusão e apoio, a fim de garantir uma participação ativa e a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e na sociedade de forma mais ampla.

Foi pensando nesses desafios que os autores Miguel Ángel Verdugo, da Universidade de Salamanca, e Robert L. Schalock, da Hastings College, desenvolveram o artigo “De um conceito a uma teoria: as seis eras da pesquisa e aplicação da qualidade de vida”. Publicado na revista *Research in Developmental Disabilities* (Pesquisa em Deficiências de Desenvolvimento, na tradução literal, 2024), o texto sugere que qualidade de vida prevê uma rede complexa de fatores que incluem autonomia, inclusão social e a criação de oportunidades no mercado de trabalho — componentes que, quando adequadamente integrados, oferecem um modelo mais abrangente e equitativo de bem-estar, capaz de atender às complexidades da existência humana.

O estudo mapeia essa jornada ao longo de seis eras distintas, cada uma representando um marco importante para a consolidação de uma teoria da Qualidade de Vida (QOL, em inglês). São elas: (i) Formulação de Princípios, (ii) Desenvolvimento de Modelos, (iii) Construção de Instrumentos, (iv) Aplicação Prática, (v)



Desenvolvimento de Teorias e (vi) Confirmação Teórica.

Iniciada nos anos 1990, a primeira era do campo das pessoas com IDD foi marcada por um mapeamento conceitual, realizado com o objetivo de formular um conjunto de princípios relacionados à qualidade de vida: sua conceitualização, medição e aplicação prática. Essa era representou uma mudança na visão acerca das pessoas com deficiências intelectuais e de desenvolvimento, que passou a incluir seu bem-estar pessoal e o modelo social-ecológico emergente, a fim de moldar o conceito de QOL como uma ferramenta social.

Na segunda era, esse mapeamento conceitual foi utilizado para desenvolver modelos. O objetivo era organizar os campos e indicadores com base em pesquisas e entrevistas, a fim de criar instrumentos de avaliação de QOL, implementar estratégias de melhoria e alinhar as esferas de qualidade de vida aos direitos humanos e às normas internacionais — especialmente, aos artigos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Após o desenvolvimento dos modelos, a terceira era se concentrou na construção de instrumentos de medição e avaliação confiáveis e válidos. Esses instrumentos foram desenhados para avaliar áreas específicas da qualidade de vida, buscando atender aos melhores padrões de aferição. Entre eles: (a) alinhamento a práticas de avaliação profissionais; (b) consideração da medida em que as pessoas vivenciam experiências de vida que valorizam; (c) reflexão sobre as esferas que contribuem para uma vida plena e interconectada; (d) consideração dos contextos físicos, sociais e culturais; (e) foco nos resultados empíricos, com a pessoa como o principal respondente; (f) uso de instrumentos confiáveis, válidos e sensíveis às questões culturais; (g) utilização de métodos de coleta de dados qualitativos e quantitativos; e (h) combinação de autorrelatos e relatos de terceiros.

Uma vez que os princípios foram formulados, os modelos desenvolvidos e os instrumentos construídos, o campo evoluiu para a sua quarta era, a da aplicação. Nela, o conceito de qualidade de vida começou a ser executado de forma mais ampla, não apenas como uma ideia filosófica, mas como um critério mensurável para transformar políticas públicas, práticas profissionais e serviços de assistência. A aplicação prática do conceito envolveu a criação de programas

Em tempos de exaustão crônica, em que sintomas de doenças mentais se tornam definidores de uma sociedade em constante aceleração, a busca por qualidade de vida emerge quase como um anseio coletivo, permeando conversas sobre bem-estar, equilíbrio e, principalmente, saúde. Mas o que significa viver com qualidade? Se a pergunta já parece desafiadora o suficiente, torna-se ainda mais complexa ao se pensar na construção deste ideal para grupos historicamente marginalizados – como é o caso de pessoas com deficiências intelectuais e de desenvolvimento (IDD, na sigla em inglês).

No Brasil, cerca de 2,5 milhões de pessoas, ou 1,2% da população com dois anos ou mais, têm algum tipo de deficiência intelectual, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019 destacam ainda outro número preocupante: a taxa de ocupação entre essas pessoas é de apenas 4,7%, significativamente menor do que o observado para indivíduos com outras deficiências. Esse quadro revela a necessidade urgente de revisar e fortalecer as políticas de inclusão e apoio, a fim de garantir uma participação ativa e a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e na sociedade de forma mais ampla.

Foi pensando nesses desafios que os autores Miguel Ángel Verdugo, da Universidade de Salamanca, e Robert L. Schalock, da Hastings College, desenvolveram o artigo “De um conceito a uma teoria: as seis eras da pesquisa e aplicação da qualidade de vida”. Publicado na revista *Research in Developmental Disabilities* (Pesquisa em Deficiências de Desenvolvimento, na tradução literal, 2024), o texto sugere que qualidade de vida prevê uma rede complexa de fatores que incluem autonomia, inclusão social e a criação de oportunidades no mercado de trabalho — componentes que, quando adequadamente integrados, oferecem um modelo mais abrangente e equitativo de bem-estar, capaz de atender às complexidades da existência humana.

O estudo mapeia essa jornada ao longo de seis eras distintas, cada uma representando um marco importante para a consolidação de uma teoria da Qualidade de Vida (QOL, em inglês). São elas: (i) Formulação de Princípios, (ii) Desenvolvimento de Modelos, (iii) Construção de Instrumentos, (iv) Aplicação Prática, (v) Desenvolvimento de Teorias e (vi) Confirmação Teórica.

Iniciada nos anos 1990, a primeira era do campo das pessoas com IDD foi marcada por um mapeamento conceitual, realizado com o objetivo de formular um conjunto de princípios relacionados à qualidade de vida: sua conceitualização, medição e aplicação prática. Essa era representou uma mudança na visão acerca das pessoas com deficiências intelectuais e de desenvolvimento, que passou a incluir seu bem-estar pessoal e o modelo social-ecológico emergente, a fim de moldar o conceito de QOL como uma ferramenta social.

Na segunda era, esse mapeamento conceitual foi utilizado para desenvolver modelos. O objetivo era organizar os campos e indicadores com base em pesquisas e entrevistas, a fim de criar instrumentos de avaliação de QOL, implementar estratégias de melhoria e alinhar as esferas de qualidade de vida aos direitos humanos e às normas internacionais — especialmente, aos artigos da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Após o desenvolvimento dos modelos, a terceira era se concentrou na construção de instrumentos de medição e avaliação confiáveis e válidos. Esses instrumentos foram desenhados para avaliar áreas específicas da qualidade de vida, buscando atender aos melhores padrões de aferição. Entre eles: (a) alinhamento a práticas de avaliação profissionais; (b) consideração da medida em que as pessoas vivenciam experiências de vida que valorizam; (c) reflexão sobre as esferas que contribuem para uma vida plena e interconectada; (d) consideração dos contextos físicos, sociais e culturais; (e) foco nos resultados empíricos, com a pessoa como o principal respondente; (f) uso de instrumentos confiáveis, válidos e sensíveis às questões culturais; (g) utilização de métodos de coleta de dados qualitativos e quantitativos; e (h) combinação de autorrelatos e relatos de terceiros.

Uma vez que os princípios foram formulados, os modelos desenvolvidos e os instrumentos construídos, o

IMPACTOS DA ATIVIDADE FÍSICA CONTÍNUA NA QUALIDADE DE VIDA: LIÇÕES PARA UM FUTURO SAUDÁVEL

**LEE, Mikyung; LEE, Hyeonkyeong;
SONG, Kijun; LEE, Young-Me**

Artigo original: Benefits of sustained physical activity from middle age to early old age on quality of life in early old age. *Nature. Scientific Reports* volume 12, 2022.

Representadas principalmente por doenças cardiovasculares, respiratórias, diabetes e cânceres, as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) estão entre os maiores desafios para a saúde pública no mundo. Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que cerca de 71% das 57 milhões de mortes ocorridas globalmente em 2016 foram ocasionadas pelas DCNT. No Brasil, nesse mesmo ano, elas foram responsáveis por 74% do total de mortes. De acordo com a OMS, um pequeno conjunto de fatores de risco responde pela grande maioria desses falecimentos: o consumo alimentar inadequado, o tabagismo, a ingestão abusiva de bebidas alcoólicas e a inatividade física.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, em 2019, cerca de metade dos adultos não atingiu a recomendação mínima de prática de atividade física recomendada pela OMS. A prática insuficiente dessas atividades esteve relacionada a mais de 800 mil óbitos no mundo no mesmo ano e se tornou uma das principais causas de perda de tempo de vida saudável entre homens e mulheres. Nesse sentido, a OMS recomenda a prática regular de atividades de pelo menos 150 minutos por semana. Entretanto, aproximadamente 23% dos adultos no mundo não atingem essas recomendações.

A fim de analisar os impactos dos exercícios na qualidade de vida das pessoas, os autores Mikyung Lee, Hyeonkyeong Lee, Kijun Song, e Young-Me Lee escreveram o artigo “Benefícios da atividade física contínua da meia-idade até o início da velhice na qualidade de vida no início da velhice”. Publicado em 2022 na revista *Scientific Reports*, o texto explora como a continuidade da atividade física (AF) da meia-idade até o início da velhice impacta positivamente a qualidade de vida em idosos. Seu grande diferencial é o foco na análise dos mesmos participantes ao longo de oito anos, permitindo a comparação dos níveis de

AF em diferentes momentos da vida.

“Um dos pontos fortes desse estudo, em comparação a anteriores, é que selecionamos participantes adultos no início da velhice e medimos seu nível de atividade física em duas etapas da vida: uma medição na meia-idade (entre 52 e 59 anos) e outra no início da velhice (entre 60 e 67 anos). [...] Assim, nosso estudo conseguiu acompanhar as mudanças na atividade física da meia-idade até o início da velhice, proporcionando uma melhor compreensão de como a qualidade de vida no início da velhice é afetada pela meia-idade”, escrevem os autores.

A partir de dados da Korea Health Panel Survey, a pesquisa identificou que indivíduos que permaneceram inativos ou que se tornaram inativos tinham maior probabilidade de estar entre os 10% com pior qualidade de vida relacionada à saúde. Aqueles que se mantiveram fisicamente ativos, por outro lado, apresentaram melhores índices de qualidade de vida, reforçando a importância da atividade física contínua para prevenir a deterioração da saúde física e mental na velhice.

Além disso, o estudo verificou que fatores socioeconômicos e de saúde, como nível educacional, estado civil e a presença de doenças crônicas, também influenciam a qualidade de vida em idosos. Participantes com níveis educacionais mais baixos, como aqueles que concluíram apenas o ensino fundamental, tinham uma probabilidade significativamente maior de relatar uma qualidade de vida reduzida, assim como indivíduos divorciados ou separados. Estes últimos apresentaram uma probabilidade maior de estar entre os 10% com menor qualidade de vida, o que sugere que o apoio social e emocional do casamento pode ter um impacto positivo na saúde e bem-estar dos idosos. A presença de doenças crônicas também faz crescer substancialmente a chance de uma qualidade de vida inferior. Pessoas com hipertensão ou diabetes, por exemplo, tinham quase o dobro de probabilidade de estar no grupo de menor qualidade de vida.

Embora já esteve comprovado os benefícios da atividade física, a maioria das pessoas tem dificuldade para iniciar e manter a prática regular de exercícios. Esse não é um comportamento fácil de ser modificado. Uma revisão sistemática da literatura sobre estudos motivacionais mostra que programas de intervenção para melhorar a motivação, a intenção e a prática costumam render bons resultados: um estudo anterior realizado com idosos coreano-americanos revelou como a aderência aos exercícios, a resistência à caminhada e a flexibilidade foram maiores em grupos que receberam uma intervenção motivacional de 12 semanas, com apoio social e educação capacitadora.

“Esses achados indicam que a educação e a promoção de saúde devem ser prioritárias para adultos de meia-idade, que são relativamente inativos, para que aumentem sua atividade física atual e melhorem sua qualidade de vida relacionada à saúde, maximizando os benefícios da atividade física na velhice”, escrevem.

Esses fatores reforçam a importância de abordagens de saúde pública que considerem o contexto social e econômico dos indivíduos a fim de promover intervenções eficazes. Por exemplo, campanhas para incentivar a atividade física poderiam ser mais frutíferas se fossem direcionadas a grupos de menor escolaridade ou a pessoas com doenças crônicas, abordando suas necessidades específicas para melhorar a qualidade de vida na velhice.

No Brasil, começamos aos poucos a vislumbrar um futuro mais saudável. Dados mais recentes do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) apontam um crescimento na adesão aos exercícios. Em 2021, 36,7% dos adultos afirmaram dedicar ao menos 150 minutos semanais a atividades físicas moderadas em seu tempo livre, uma alta em relação aos 30,3% registrados em 2009. Esse avanço é significativo entre as mulheres, que passaram de 22,2%, em 2009, para 31,3%, em 2021, indicando uma conscientização crescente sobre os benefícios da atividade física para a saúde a longo prazo.

Entretanto, ao mesmo tempo em que o exercício físico aumenta no tempo livre, observa-se uma queda nas atividades físicas relacionadas ao deslocamento para o trabalho ou escola, que passaram de 17,0% dos adultos em 2009 para 10,4% em 2021. Em paralelo, o tempo dedicado a atividades sedentárias, como assistir televisão e utilizar dispositivos eletrônicos, também cresceu. Em 2021, 66,0% dos adultos relataram passar três horas ou mais por dia em frente a telas, um fator preocupante para a saúde pública, considerando os impactos negativos do sedentarismo, especialmente entre os idosos.

Apesar dos avanços registrados, ainda há espaço no Brasil para uma conscientização mais ampla sobre o impacto de manter o corpo ativo. A queda de atividades físicas associadas ao deslocamento, por exemplo, reforça a necessidade de adaptar a rotina para incorporar mais movimento e reduzir o tempo em comportamentos sedentários, que podem afetar negativamente a saúde a longo prazo. Com o aumento do tempo dedicado ao uso de dispositivos e o crescimento de atividades sedentárias, se torna ainda mais urgente a conscientização sobre a importância de um estilo de vida equilibrado. Práticas simples, como trocar parte do tempo de tela por caminhadas, contribuem para uma velhice mais ativa e independente. Encorajar escolhas saudáveis desde cedo pode não apenas combater o sedentarismo, mas também reduzir os riscos de doenças crônicas, promovendo uma velhice com mais vitalidade e bem-estar.

Artigo original: Benefits of sustained physical activity from middle age to early old age on quality of life in early old age. Nature, Scientific Reports volume 12, 2022. <https://www.nature.com/articles/s41598-022-20431-0>

RELATÓRIO DE PESQUISA: ALIMENTAÇÃO NO BRASIL DEZEMBRO DE 2024

Nota introdutória e metodológica

O propósito de uma revista científica é compartilhar conhecimento. O Brasil em Dados é um encarte dedicado a divulgação de relatório descritivo de pesquisa de opinião. Trata-se da disponibilização de dados para subsidiar insights, análises e reflexões sobre temas variados.

Nota Metodológica

O presente relatório retrata pesquisa quantitativa nacional com painelistas de plataforma online. Os entrevistados responderam a um questionário estruturado de autopreenchimento. A pesquisa foi realizada com a população brasileira, nos 27 estados, com 18 anos ou mais e com entrevistas segmentadas conforme dados censitários de sexo e idade. O desenho amostral considerou a representatividade dos moradores do Brasil por suas regiões. Foram realizadas 1002 entrevistas. O erro esperado para a amostra aplicada é de 3,1%, para o nível de confiança de 95%.

Abrangência Geográfica

A amostra foi desenhada para representar o Brasil e com esse intuito as entrevistas foram distribuídas nas 5 regiões brasileiras, considerando os dados do IBGE/2022 de gênero e idade. Os pesos atribuídos a cada região brasileira são descritos a seguir:

Centro-Oeste (8,02%): GO, MT, MS, DF;

Norte (8,54%): AC, AP, AM, PA, RR, TO;

Nordeste (26,91%): AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE;

Sul (14,74%): PR, RS, SC;

Sudeste (41,79%): ES, MG, RJ, SP.

Desejamos que essa contribuição possa gerar frutos analíticos e estímulo para outras pesquisas que possam auxiliar reflexões, que em última instância auxiliem na produção do bem comum no Brasil.

Boa leitura!



MUNDO OBJETIVO

DADOS SECUNDÁRIOS

1. DEMOGRAFIA POR DOMICÍLIOS, COM SEGURANÇA OU INSEGURANÇA ALIMENTAR

Brasil e Regiões – 2023 (Em %)	Situação de segurança alimentar no domicílio			
	Urbana		Rural	
	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar
Brasil	73,3	26,7	65,5	34,5
Norte	62,0	38,0	52,9	47,1
Nordeste	62,6	37,4	56,6	43,4
Sudeste	77,0	23,0	77,2	22,8
Sul	83,0	17,0	86,3	13,7
Centro-Oeste	75,6	24,4	76,7	23,3

Brasil – 2023 (Em %)		
Sexo do responsável pelo domicílio	Situação de segurança alimentar existente no domicílio	
	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar
Homens	51,3	40,6
Mulheres	48,7	59,4

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. A Insegurança Alimentar e Nutricional ocorre quando a SAN não é garantida integralmente.

2. RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR, COM SEGURANÇA OU INSEGURANÇA ALIMENTAR

Brasil – 2023 (Em %)				
Rendimento mensal domiciliar per capita	Situação de segurança alimentar existente no domicílio			
	Com segurança alimentar	Com insegurança alimentar	Com insegurança alimentar leve	Com insegurança alimentar moderada ou grave
Até ¼ salário mínimo	5,0	17,1	13,5	24,1
Mais de 1/4 a 1/2 do salário mínimo	9,3	24,3	22,9	26,8
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	23,8	31,4	33,1	28,1
Mais de 1 a 2 salários mínimos	34,9	21,6	23,3	18,3
Mais de 2 salários mínimos	27,0	5,6	7,2	2,6

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) consiste na realização do direito de todos ao acesso regular, permanente e irrestrito a alimentos de qualidade, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. A Insegurança Alimentar e Nutricional ocorre quando a SAN não é garantida integralmente.

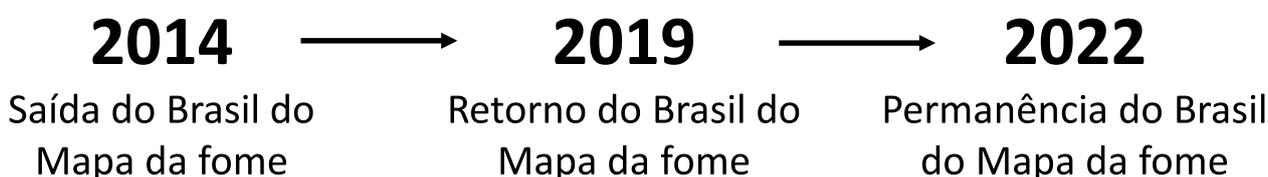
3. FOME E MISÉRIA

Em números absolutos, **14,7 milhões** deixaram de passar fome no país. A insegurança alimentar severa, que afligia **17,2 milhões** de brasileiros em 2022, caiu para **2,5 milhões**.

Em %



A edição de 2024 do Relatório das Nações Unidas sobre o Estado da Insegurança Alimentar Mundial revela queda de **85%** na insegurança alimentar severa no Brasil.



Segundo Wellington Dias, Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, os dados do relatório da ONU trazem a confiança de que o país sairá do Mapa da Fome no triênio de **2023 a 2025**.

Fonte: [Segurança alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023 | Agência de Notícias](#) ; [14,7 milhões de pessoas deixaram de passar fome no Brasil no ano passado — Agência Gov](#); [Relatório da ONU aponta queda de 85% na insegurança alimentar no Brasil — Rádio Senado](#)

4. PRODUÇÃO DE ALIMENTOS

Brasil é o segundo maior exportador de alimentos industrializados do mundo.

Exporta para **190 países.**

Foram

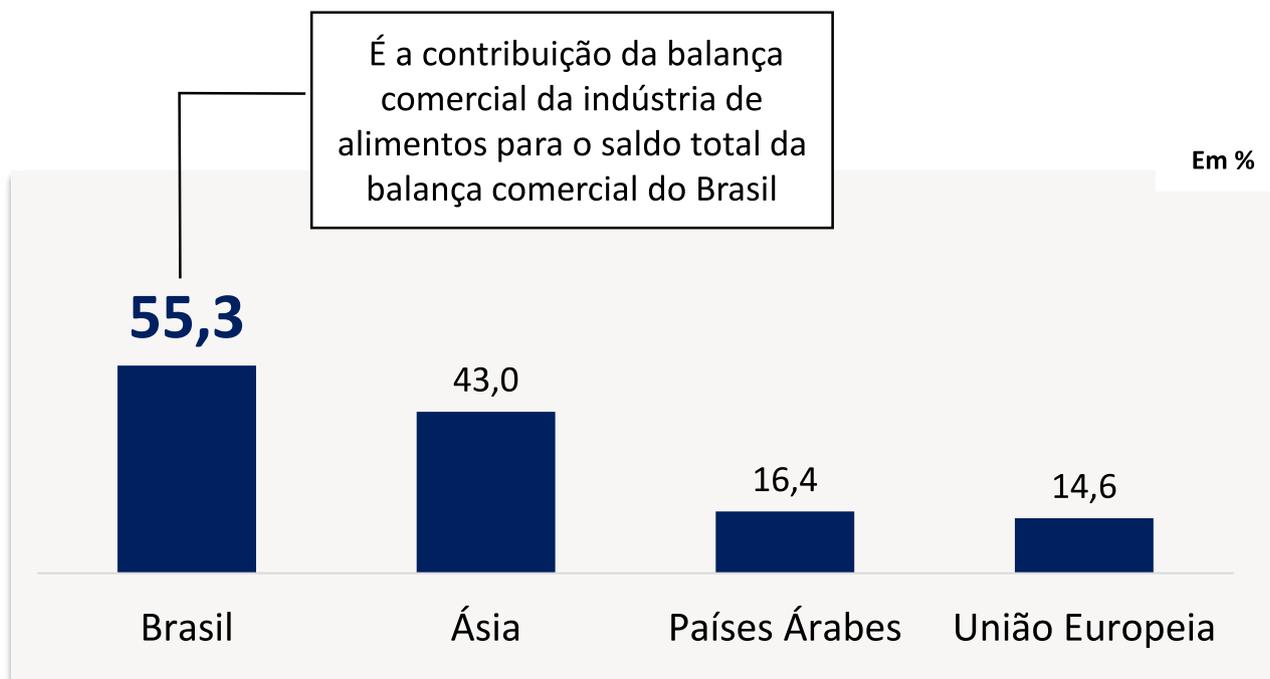
US\$ 62 BILHÕES

em exportações em 2023.

Representando

18,3%

das exportações totais brasileiras



Fonte: [Fabricação de produtos alimentícios foi a principal atividade industrial do país em 2022 | Agência de Notícias](#) ; [Análise de Mercado Indústria Alimentar: 13 Dados Mais Relevantes](#) ; [NUMEROS DO SETOR 2024 \(ONE PAGE ATUALIZADO\)](#)

5. TRANSTORNOS ALIMENTARES

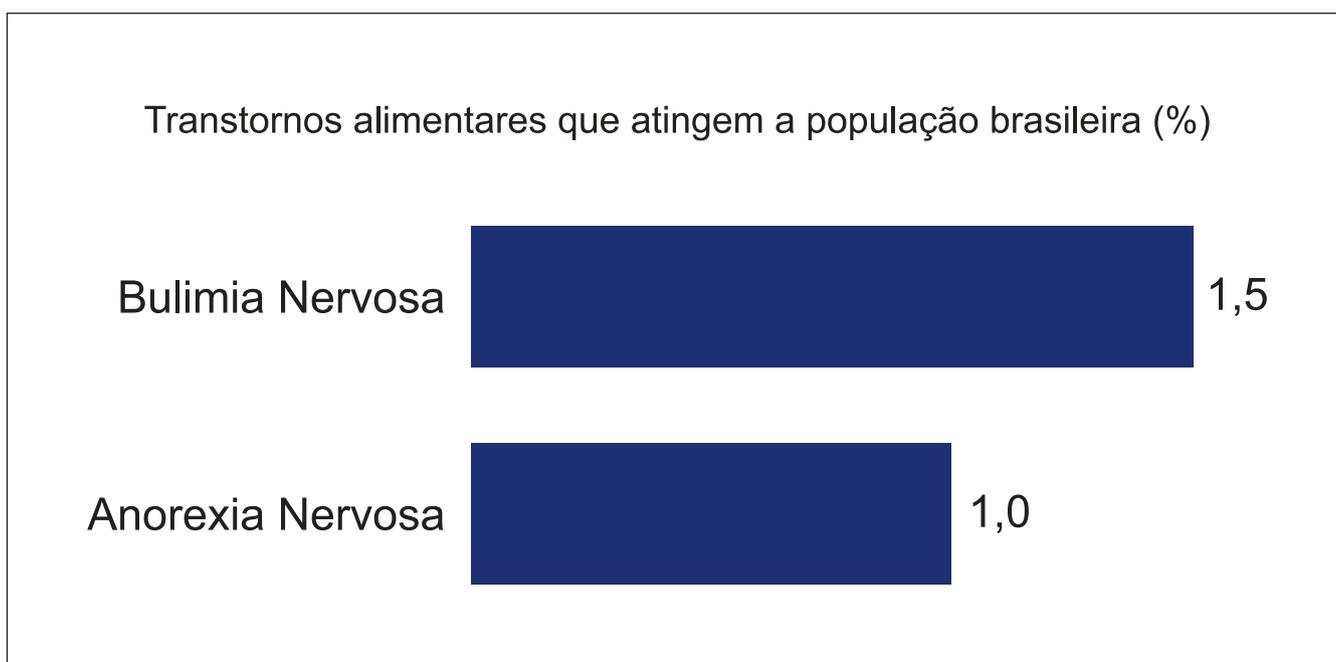
Uma em cada vinte pessoas no Brasil tem algum transtorno alimentar e um dos motivos da doença é a comparação que jovens fazem entre si e com perfis exibidos em redes sociais, a maioria fora do padrão de realidade.

70 Milhões

Pessoas no Mundo possuem
distúrbio alimentar

15 Milhões

Pessoas no Brasil possuem
distúrbio alimentar



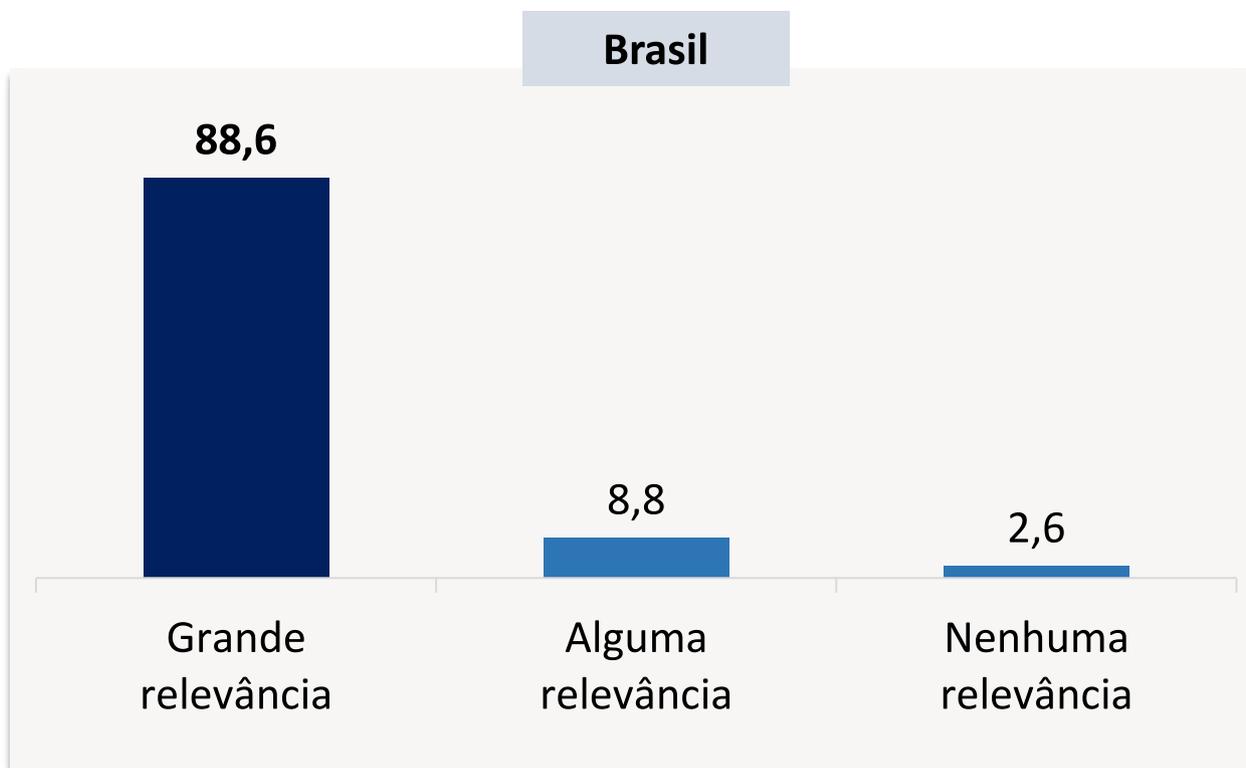
A taxa de acerto dos médicos em relação ao diagnóstico está abaixo de 40%. Segundo a psiquiatra Maria Amália Pedrosa, da Comissão de Transtornos Alimentares da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), apenas 15% desses profissionais tiveram contato com o tema 'transtorno alimentar' durante o curso de medicina.

Fonte: [Dados da OMS revelam que 4,7% dos brasileiros sofrem de compulsão alimentar - Semper - Cuidando bem, sempre.](#); [Mais de 20% dos jovens apresentam Transtorno Alimentar — CAPES](#); [Transtorno alimentar atinge cerca de 15 milhões de brasileiros, revela pesquisador em audiência na Câmara - Notícias - Portal da Câmara dos Deputados](#)



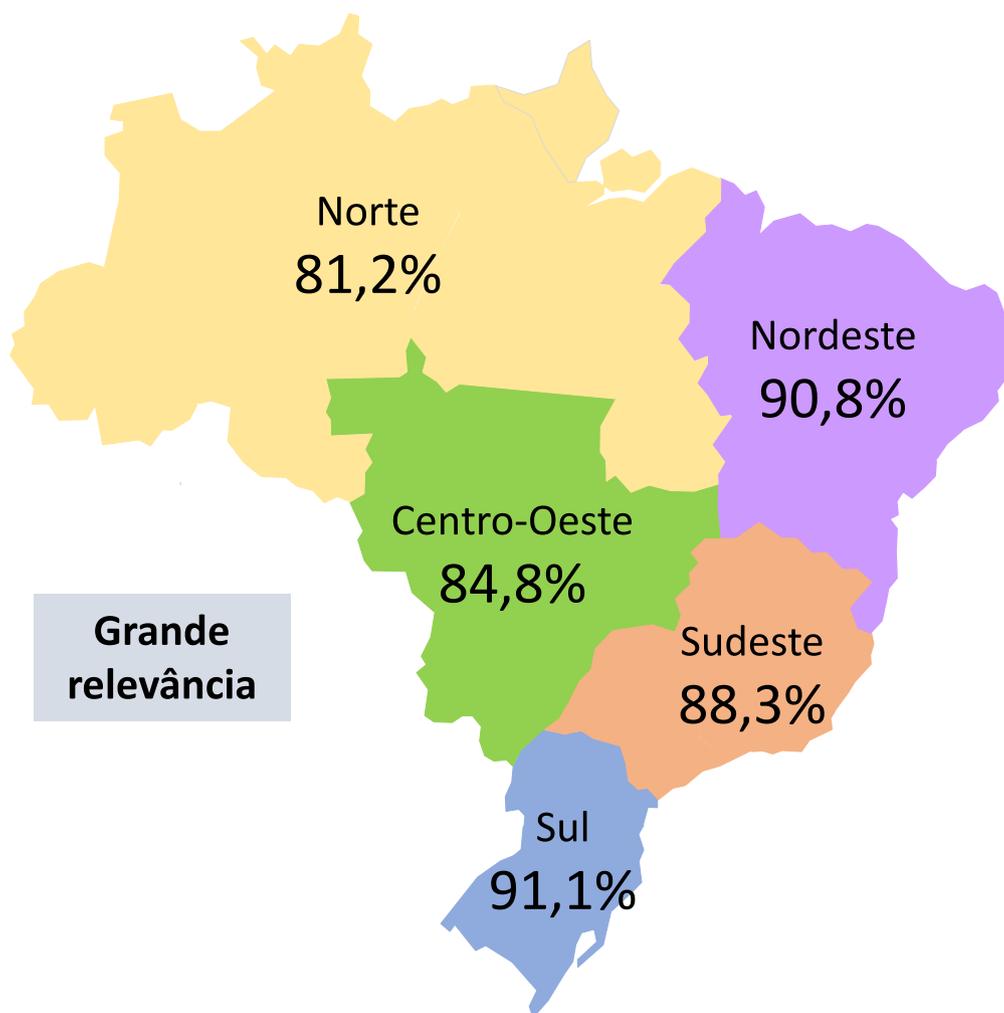
ALIMENTAÇÃO
PESQUISA NACIONAL,
REALIZADA EM JULHO DE 2024

RELEVÂNCIA DA ALIMENTAÇÃO PARA A QUALIDADE DE VIDA (%)



Relevância da Alimentação para a qualidade de vida	Total	Frequência semanal de prática de atividades físicas				
		Todos os dias	Entre 3 e 4 vezes	Entre 1 e 2 vezes	Apenas 1 vez	Nunca
Grande relevância	88,6	93,1	94,9	90,5	84,5	78,1
Alguma relevância	8,8	5,0	3,8	8,9	10,4	16,8
Nenhuma relevância	2,6	1,9	1,3	,6	5,1	5,1
Base	1002	126	252	258	170	196

Pergunta: Em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), em que 0(zero) significa nenhuma relevância e 10 (dez) grande relevância, na sua avaliação, qual a relevância da alimentação para a sua qualidade de vida?

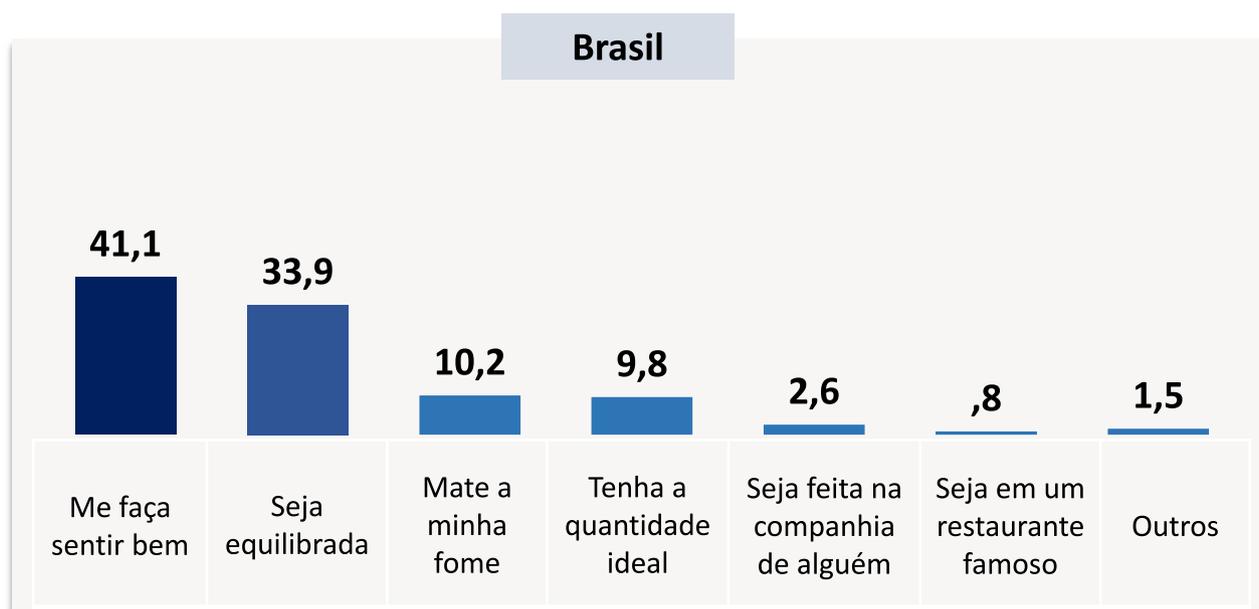


Relevância da Alimentação para a qualidade de vida	Total	Classe Econômica *					
		A	B1	B2	C1	C2	DE
Grande relevância	88,6	100,0	98,8	92,6	93,1	88,4	79,1
Alguma relevância	8,8	,0	1,2	7,4	6,0	9,4	14,0
Nenhuma relevância	2,6	,0	,0	,0	,8	2,2	6,9
Base	1002	55	65	77	166	432	207

(*) Renda Média Familiar: A = R\$ 14.520,01 ou mais / B = R\$ 5.280,01 e R\$ 14.520,00 / C = R\$ 1.320,01 e R\$ 5.280,00 / DE = R\$ 1.320,00 ou menos

Pergunta: Em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez), em que 0(zero) significa nenhuma relevância e 10 (dez) grande relevância, na sua avaliação, qual a relevância da alimentação para a sua qualidade de vida?

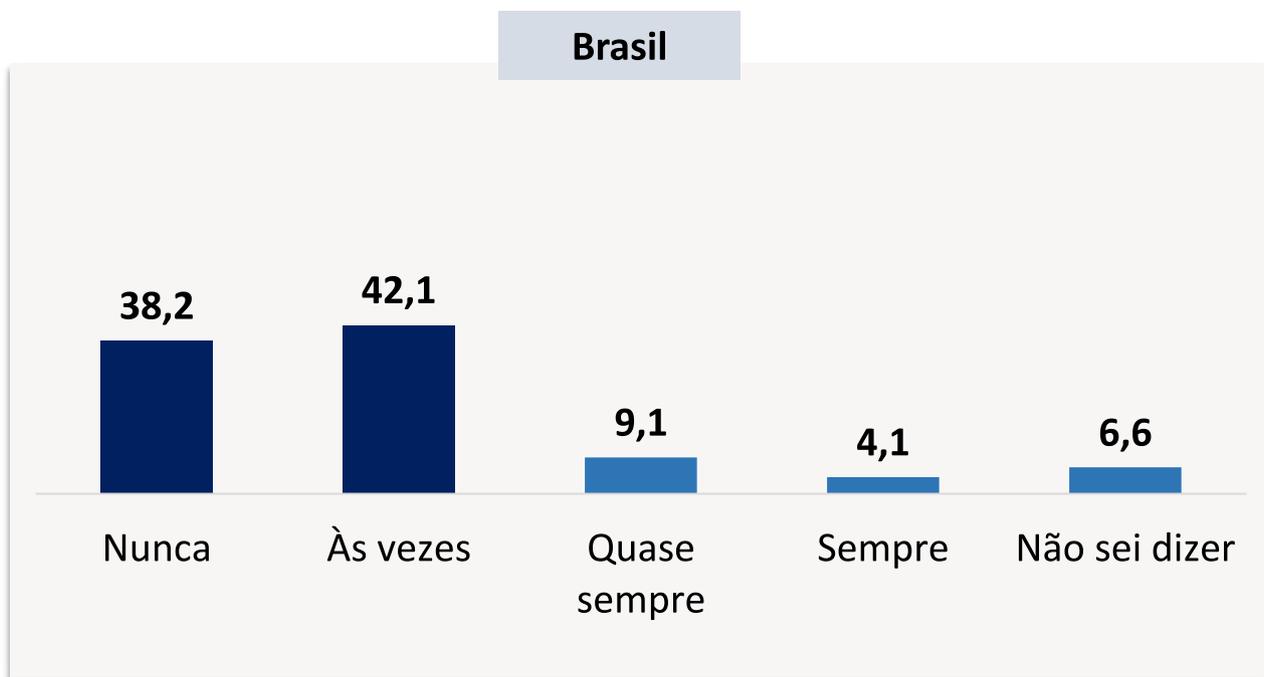
SIGNIFICADOS SOBRE SE ALIMENTAR BEM (%)



Significados sobre se alimentar bem	Total	Faixa Etária (em anos)				
		18 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
Que me faça sentir bem	41,1	41,6	45,2	39,9	40,3	39,7
Que seja equilibrada	33,9	25,6	28,1	33,3	31,0	39,9
Que mate a minha fome	10,2	26,5	12,8	12,2	11,1	5,2
Que tenha a quantidade ideal	9,8	2,3	9,5	8,0	12,0	10,7
Que seja feita na companhia de alguém	2,6	,0	2,6	4,1	3,6	1,8
Que seja em um restaurante famoso	,8	2,6	,6	,7	,5	1,0
Outros	1,5	1,3	1,2	1,8	1,5	1,7
Base	1002	54	230	206	236	276

Pergunta: Assinale abaixo qual o principal significado de se alimentar bem para você.

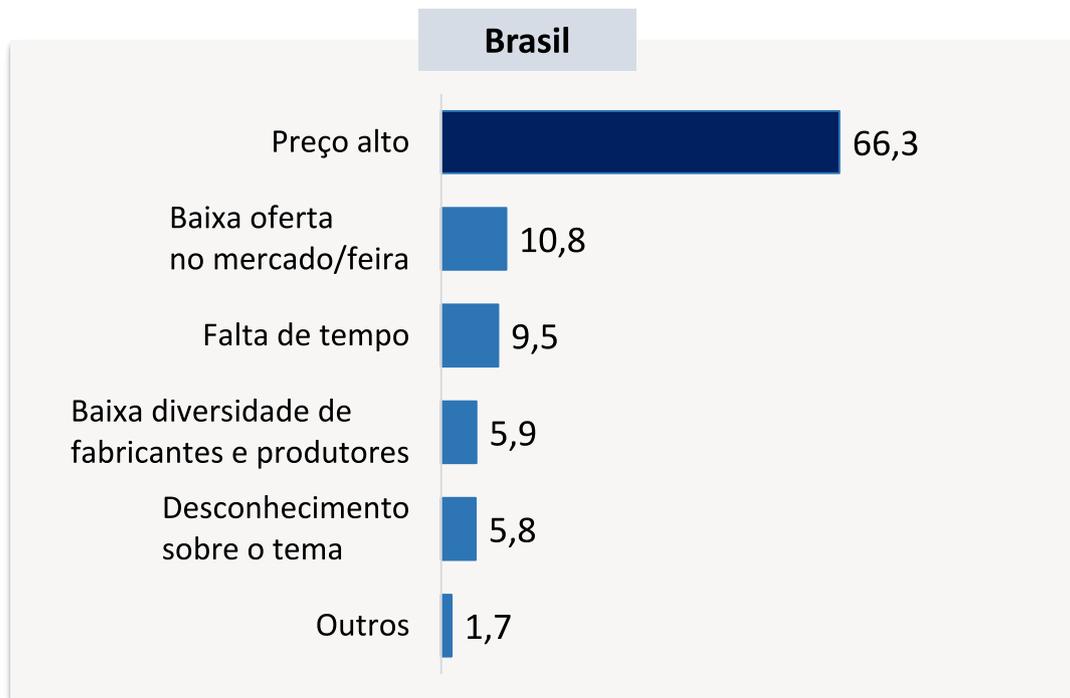
EXPERIÊNCIA COM PERÍODOS DE INSUFICIÊNCIA ALIMENTAR (%)



Experiência com períodos de insuficiência alimentar	Total	Regiões				
		Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
Nunca	38,2	44,8	20,5	43,0	41,1	36,4
Às vezes	42,1	28,3	52,8	37,9	41,5	45,2
Quase sempre	9,1	14,1	11,0	9,7	11,6	6,5
Sempre	4,1	2,9	6,7	4,9	,4	4,7
Não sei dizer	6,6	9,8	9,1	4,6	5,5	7,2
Base	1002	75	85	271	152	419

Pergunta: Diga o quanto você já viveu períodos com quantidade insuficiente de alimentos para suprir as suas necessidades?

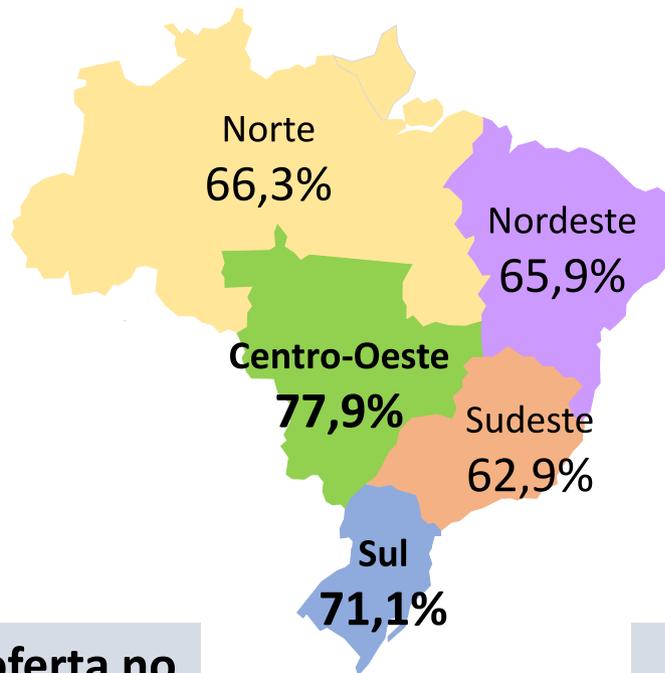
BARREIRAS PARA UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL (%)



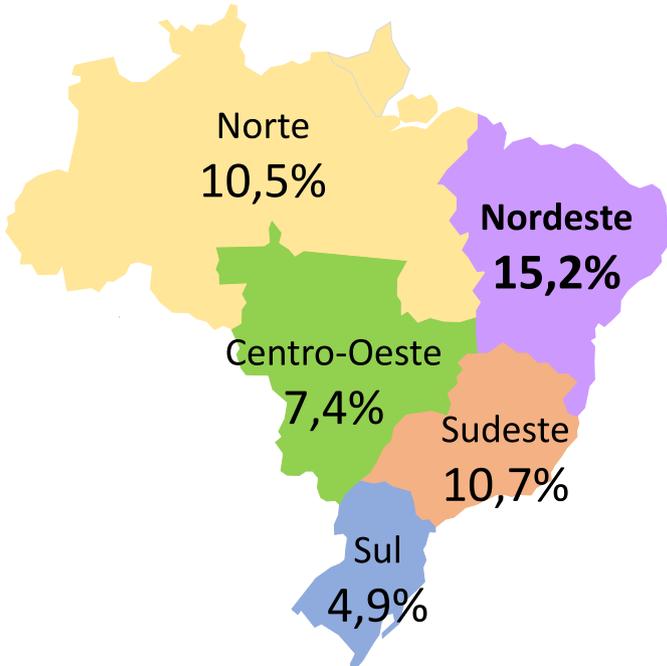
Barreiras para uma alimentação saudável	Total	Sexo		Faixa Etária (em anos)				
		Masculino	Feminino	18 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
Preço alto	66,3	60,0	72,4	60,9	69,4	74,6	71,5	58,9
Baixa oferta no mercado/feira	10,8	14,3	7,5	3,8	9,8	8,0	9,1	14,5
Falta de tempo	9,5	8,7	10,3	10,8	10,0	11,1	10,0	8,1
Baixa diversidade de fabricantes e produtores	5,9	7,3	4,5	11,0	6,8	2,0	3,2	7,8
Desconhecimento sobre o tema	5,8	7,3	4,3	12,3	3,2	4,3	4,3	7,7
Outros	1,7	2,5	1,0	1,2	,9	,0	1,8	3,0
Base	1002	462	540	54	230	206	236	276

Pergunta: O que mais dificulta ter acesso a uma alimentação saudável?

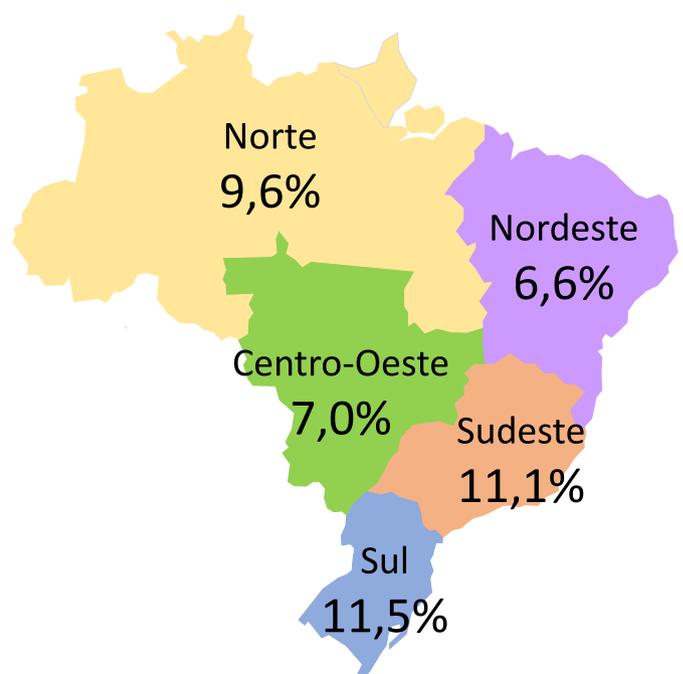
Preço alto



Baixa oferta no Mercado/Feira

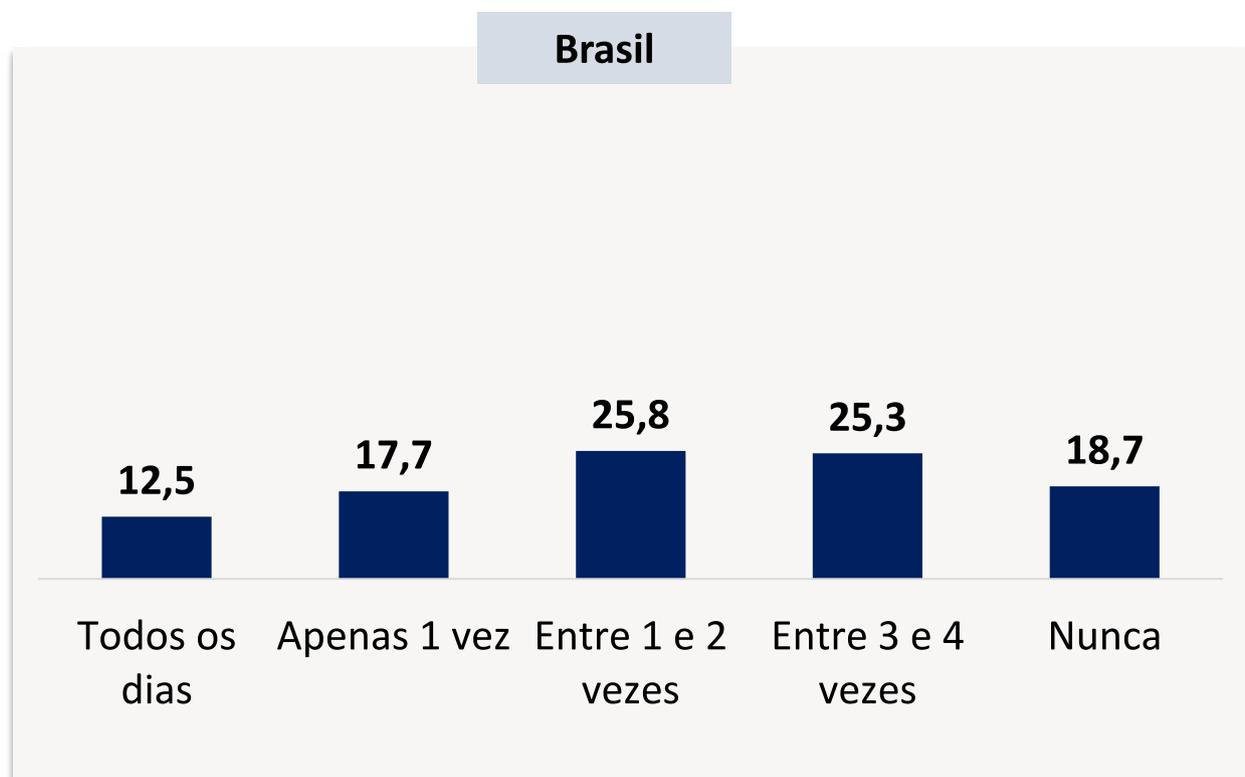


Falta de tempo



Pergunta: O que mais dificulta ter acesso a uma alimentação saudável?

FREQUÊNCIA SEMANAL DE PRÁTICA DE ATIVIDADES FÍSICAS (%)



Frequência semanal de prática de atividades físicas	Total	Sexo		Faixa Etária (em anos)				
		Masculino	Feminino	18 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 ou mais
Todos os dias	12,5	13,9	11,3	11,1	13,4	15,8	10,9	11,6
Entre 3 e 4 vezes	25,3	22,4	28,1	21,3	26,7	23,8	21,3	27,7
Entre 1 e 2 vezes	25,8	27,8	23,9	19,3	25,5	27,0	24,3	27,0
Apenas 1 vez	17,7	19,6	15,8	33,0	17,8	14,0	21,2	15,5
Nunca	18,7	16,3	21,0	15,3	16,6	19,4	22,3	18,2
Base	1002	462	540	54	230	206	236	276

Pergunta: Com que frequência você pratica atividades físicas por semana?

Frequência semanal de prática de atividades físicas	Total	Classe Econômica *					
		A	B1	B2	C1	C2	DE
Todos os dias	12,5	24,9	7,0	12,0	10,9	11,8	14,5
Entre 3 e 4 vezes	25,3	35,5	37,4	36,9	28,2	24,4	12,6
Entre 1 e 2 vezes	25,8	29,8	36,3	20,4	26,7	24,3	27,4
Apenas 1 vez	17,7	7,6	8,9	18,8	16,7	16,2	22,1
Nunca	18,7	2,3	10,4	11,8	17,5	23,3	23,4
Base	1002	55	65	77	166	432	207

(*) Renda Média Familiar: A = R\$ 14.520,01 ou mais / B = R\$ 5.280,01 e R\$ 14.520,00 / C = R\$ 1.320,01 e R\$ 5.280,00 / DE = R\$ 1.320,00 ou menos

Frequência semanal de prática de atividades físicas	Total	Regiões				
		Centro Oeste	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
Todos os dias	12,5	10,9	12,3	13,0	12,6	12,6
Entre 3 e 4 vezes	25,3	29,8	23,8	29,2	22,9	23,2
Entre 1 e 2 vezes	25,8	19,9	32,2	24,2	23,3	27,4
Apenas 1 vez	17,7	15,1	17,6	18,7	20,4	16,5
Nunca	18,7	24,3	14,1	14,9	20,8	20,4
Base	1002	75	85	271	152	419

Pergunta: Com que frequência você pratica atividades físicas por semana?

CADERNOS
informa

INFORMAÇÃO CIENTÍFICA PARA DECISORES.



CADEPN03

informa

REVISTA CIENTÍFICA DO INSTITUTO INFORMA

SEGURANÇA ALIMENTAR
PERSPECTIVAS E DESAFIOS
PARA O BEM-ESTAR

**PARA SE
INFORMAR MELHOR,
MELHOR INFORMA.**

INSTITUTO
informa
INFORMAÇÃO DE VALOR DESDE 1997